

BOLETIM AGROPECUÁRIO

Janeiro/2017 – Nº 44





Governador do Estado
João Raimundo Colombo

Vice-Governador do Estado
Eduardo Pinho Moreira

Secretário de Estado da Agricultura e da Pesca
Moacir Sopelsa

Presidente da Epagri
Luiz Ademir Hessmann

Diretores

Ivan Luiz Zilli Bacic
Desenvolvimento Institucional

Jorge Luiz Malburg
Administração e Finanças

Luiz Antônio Palladini
Ciência, Tecnologia e Inovação

Paulo Roberto Lisboa Arruda
Extensão Rural

Gerente do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Cepa)
Reney Dorow



Boletim Agropecuário

Autores desta edição

Alexandre Luís Giehl
Glaucia de Almeida Padrão
Haroldo Tavares Elias
João Rogério Alves
Tabajara Marcondes



Florianópolis
2017

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)

Rodovia Admar Gonzaga, 1347, Itacorubi, Caixa Postal 502

88034-901 Florianópolis, SC, Brasil

Fone: (48) 3665-5000

Site: www.epagri.sc.gov.br

E-mail: epagri@epagri.sc.gov.br

Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Cepa)

Rodovia Admar Gonzaga, 1486, Itacorubi

88034-901 Florianópolis, SC, Brasil

Fone: (48) 3665-5078

Site: <http://cepa.epagri.sc.gov.br/>

E-mail: cepa@epagri.sc.gov.br

Coordenação

Glaucia de Almeida Padrão – Epagri/Cepa

Elaboração

Alexandre Luís Giehl – Epagri/Cepa

Glaucia de Almeida Padrão – Epagri/Cepa

Haroldo Tavares Elias – Epagri/Cepa

João Rogério Alves – Epagri/Cepa

Jurandi Teodoro Gugel – Epagri/Cepa

Luis Augusto Araujo – Epagri/Cepa

Rogério Goulart Junior – Epagri/Cepa

Tabajara Marcondes – Epagri/Cepa

Colaboração:

Cleverson Buratto – Tubarão (UGT 8)

Édila Gonçalves Botelho – Epagri/Cepa

Evandro Uberdan Anater – Joaçaba (UGT 2)

Getúlio Tadeu Tonet – Canoinhas (UGT 4)

Gilberto Luiz Curti – Chapecó (UGT 1)

Janice Waintuch Reiter – Epagri/Cepa

João Cláudio Zanatta – EEL

Marcia Mondardo – Epagri/Cepa

Mauricio E. Mafra – Ceasa/SC

Saturnino Claudino dos Santos – Rio do Sul (UGT 5)

Sidaura Lessa Graciosa – Epagri/Cepa

Elvys Taffarel – São Miguel do Oeste (UGT 9)

Editado pelo Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Epagri/Cepa)

É permitida a reprodução parcial deste trabalho desde que citada a fonte.

Apresentação

O Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Epagri/Cepa), unidade de pesquisa da Epagri, tem a satisfação de disponibilizar o Boletim Agropecuário *on-line*. Ele reúne, em um único documento, as informações conjunturais dos principais produtos agropecuários do estado de Santa Catarina. Anteriormente, a publicação era editada por produto.

O objetivo deste documento é apresentar de forma sucinta as principais informações conjunturais referentes ao desenvolvimento das safras, da produção e dos mercados para produtos selecionados. Para isso, o Boletim Agropecuário contém informações referentes à última quinzena ou aos últimos 30 dias. Em casos esporádicos a publicação poderá conter séries mais longas e análises de eventos específicos. Além das informações por produto, eventualmente poderão ser divulgados nesse documento textos com análises conjunturais que se façam pertinentes e oportunas, chamando a atenção para aspectos não especificamente voltados ao mercado.

O Boletim Agropecuário pretende transformar-se em uma ferramenta capaz de auxiliar o produtor rural a vislumbrar melhores oportunidades de negócios. Visa, também, fortalecer sua relação com o mercado agropecuário por meio do aumento da competitividade da agricultura catarinense.

Esta publicação está disponível em arquivo eletrônico no site da Epagri/Cepa, <http://cepa.epagri.sc.gov.br/>. Podem ser resgatadas também as edições anteriores.

Luiz Ademir Hessmann
Presidente da Epagri

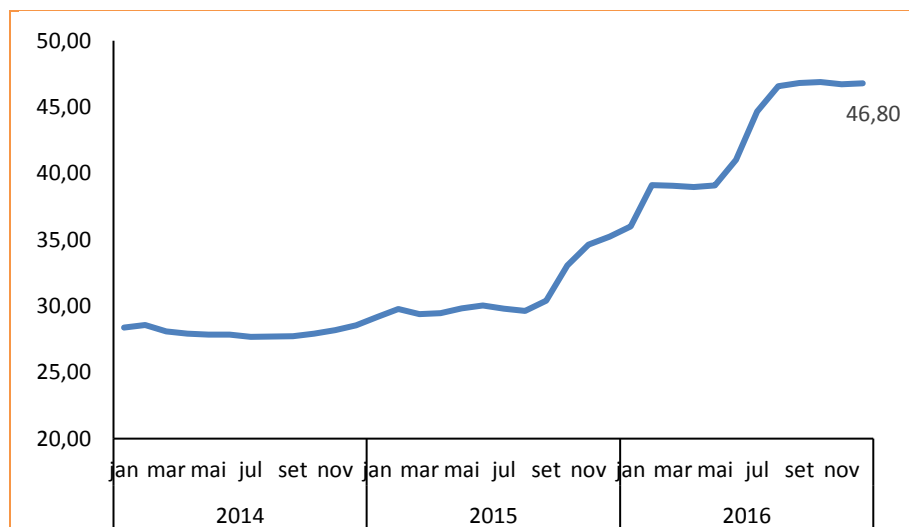
Sumário

Grãos	7
Arroz	7
Feijão	9
Milho	12
Soja	15
Trigo	17
Produtos vegetais	20
Mandioca	20
Pecuária	23
Avicultura	23
Bovinocultura	29
Suinocultura	33
Leite	39

Grãos

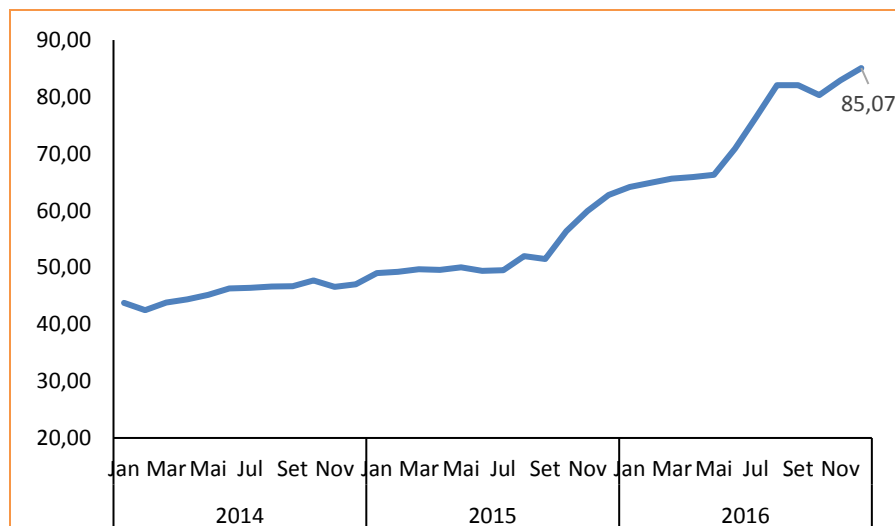
Arroz

Glaucia de Almeida Padrão
Economista, Dra. – Epagri/Cepa
glauciapadrao@epagri.sc.gov.br



Fonte: Epagri/Cepa.

Arroz irrigado – Evolução do preço médio mensal real – Santa Catarina (Jan./2014 a Dez./2016) – R\$/sc 50kg

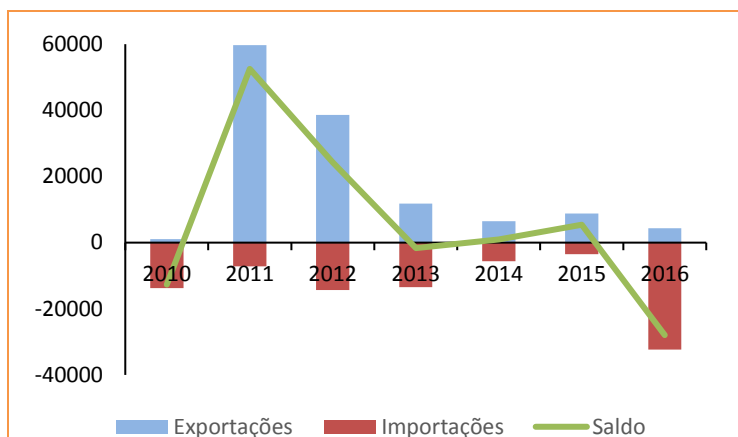


Fonte: Epagri/Cepa.

Arroz beneficiado – Evolução do preço médio mensal real – Santa Catarina (Jan./2010 a Dez./2016) – R\$/fardo 30kg

Os preços ao produtor em Santa Catarina em 2016 atingiram um patamar superior em relação aos últimos anos. Entre as causas dessa valorização estão a quebra da última safra, em razão dos problemas climáticos, além de outros, como a valorização do dólar. Embora os preços ainda estejam elevados, espera-se que voltem a cair nos próximos meses, haja vista a safra 2016/17, que promete ser significativa nos principais estados produtores do Brasil, a saber, RS e SC, bem como o aumento esperado da produção mundial. No entanto, mesmo com a entrada da nova safra no mercado, os preços não deverão atingir níveis tão baixos quanto os observados há dois anos. No mês de dezembro de 2016, os preços ao produtor atingiram a marca de R\$46,80, equivalente a – 0,64% menos que o mês de novembro. Os preços em alta trouxeram dificuldades de repasse do arroz beneficiado no Estado, o que resultou em redução da demanda das indústrias de beneficiamento por arroz em casca, e este é um fator que exerce pressão baixa nos preços do grão no Estado.

tado.



Fonte: Secex/MDIC.

Arroz em casca – Evolução das exportações, importações e saldo anuais de Santa Catarina – em toneladas

No que se refere ao comércio internacional de arroz em Santa Catarina, observou-se um crescimento expressivo das importações em 2016, totalizando 32 mil toneladas de grãos importados. Entre os principais países de origem desse grão estão o Uruguai (75%) e o Paraguai (20%), que, pela facilidade de escoamento do produto e proximidade com o Estado, têm uma relação comercial favorável. A quebra de safra no Rio Grande do Sul e o mercado catarinense favorável resultaram nessa expansão das importações, que atingiram patamar superior aos últimos seis anos. As exportações totalizaram 4 mil toneladas, e a pouca inserção no mercado externo foi intensificada pelo aquecimento do mercado interno em 2016. Esses fatores somados resultou em um saldo da balança comercial negativo.

Arroz Irrigado – Acompanhamento da safra 2015/16 – Santa Catarina

Microrregião	Safra 2015/16			Safra 2016/17 (estimativa atual)			Variação (%)		
	Área (ha)	Quant. prod. (t)	Rend. médio (kg/ha)	Área (ha)	Quant. prod. (t)	Rend. médio (kg/ha)	Área plant.	Quant. prod.	Rend. Médio
Araranguá	51454	364913	7092	51730	368995	7133	0,54	1,12	0,58
Blumenau	8208	65441	7973	8379	67138	8013	2,08	2,59	0,50
Criciúma	20625	148165	7184	20857	143551	6883	1,12	-3,11	-4,19
Florianópolis	2895	16336	5643	3095	17336	5601	6,91	6,12	-0,74
Itajaí	9088	59997	6602	9261	68561	7403	1,90	14,27	12,14
Ituporanga	259	1554	6000	259	2072	8000	0,00	33,33	33,33
Joinville	19655	126509	6436	19736	166576	8440	0,41	31,67	31,13
Rio do Sul	10684	77324	7237	10707	90992	8498	0,22	17,68	17,42
Tabuleiro	125	1050	8400	146	1238	8479	16,80	17,90	0,95
Tijucas	2690	20300	7546	2690	20300	7546	0,00	0,00	0,00
Tubarão	21025	158508	7539	21082	156177	7408	0,27	-1,47	-1,74
Santa Catarina	146708	1040097	7090	147942	1102936	7455	0,84	6,04	5,16

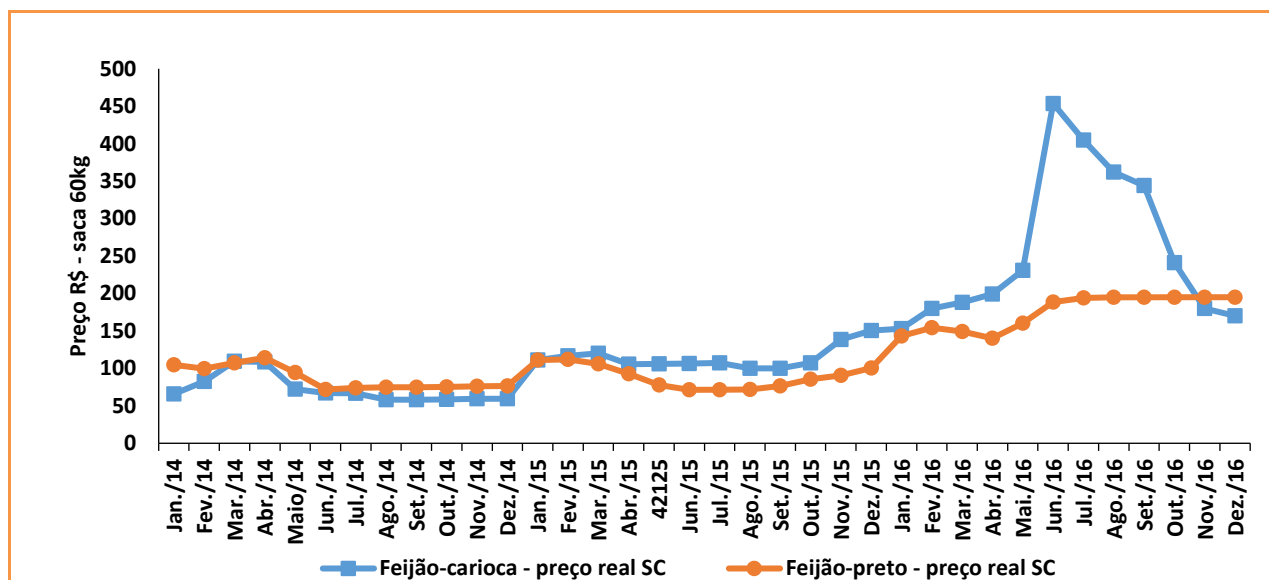
Fonte: Epagri/Cepa.

Feijão

João Rogério Alves

Engenheiro-agrônomo, M.Sc. – Epagri/Cepa

joaoalves@epagri.sc.gov.br



Fonte: Epagri/Cepa

Nota: Preços reais, corrigidos pelo IGP-DI (dezembro/2016 = base 100)

Feijão – Evolução do preço médio mensal real pago ao produtor de feijão-carioca em Joaçaba (SC) e feijão-preto em Chapecó (SC) - jan./2014 a dez./2016.

O preço do feijão continuou em queda no mês de dezembro. A saca de 60kg do feijão-carioca foi cotada na praça de Joaçaba a R\$170,00, variação negativa de 5,5% em relação ao mês de novembro. Com o mercado frouxo, a tendência é de queda para o mês de janeiro. Contudo, entre o final de dezembro e início de janeiro de 2017, as informações que chegam das regiões sudeste e centro-oeste dão conta de que a estiagem que assola os municípios dessas regiões já compromete a primeira safra de feijão. Em algumas situações as perdas estimadas chegam a mais de 40% da produção. Estados como Minas Gerais, Goiás e Bahia, com colheitas previstas para o final de janeiro, relatam que as perdas com a estiagem podem chegar a 50%. Essa situação fez com que o mercado de feijão paulista, que dita o preço no atacado para o mercado brasileiro, ficasse em alerta. Diante desse cenário de perdas significativas de produção nas regiões sudeste e centro-oeste, muitos produtores passaram a segurar sua produção aguardando melhores preços. Com os estoques dos atacadistas zerados nesse final de ano, as empacotadoras começam a ficar em alerta, pois a demanda vem aumentando e o mercado está desabastecido. É preciso ficar atento às informações nas próximas semanas, percebe-se tendência de que o mercado fique firme. É importante produzir bem, mas é fundamental realizar as vendas no melhor momento. No dia 11 de janeiro, na Bolsa de Cereais do Estado de São Paulo (BCSP), para feijão nacional maquinado, a saca de 60kg do feijão-carioca extra novo (nota 9,0) foi comercializado a R\$150,00; e o feijão-preto, a R\$210,00.

Feijão Carioca – Evolução do preço médio mensal ao produtor nos principais estados produtores

Estado	Preço (R\$)	Preço (R\$)	Variação Mensal (%)
	nov/16	dez/16	
Santa Catarina*	180,00	170,00	-5,56
Paraná	202,36	151,16	-25,30
Minas Gerais	183,10	176,92	-3,38
Espírito Santo	250,00	250,00	0,00
Bahia	202,59	181,43	-10,44
Goiás	182,60	167,33	-8,36

(*) praça de referência: Joaçaba, SC

Fonte: Epagri/Cepa, Conab (dados extraído em 11/01/2017).

No Paraná, a cotação do feijão carioca despencou. Segundo a Conab, a variação foi negativa de 25,30% entre o mês de novembro e dezembro. Em Minas Gerais: variação negativa de 3,38%; e na Bahia: redução de 10,44% na cotação da leguminosa; já em Goiás, a redução foi de 8,36%.

Feijão Preto – Evolução do preço médio mensal ao produtor nos principais estados produtores

Estado	Preço (R\$)	Preço (R\$)	Variação Mensal (%)
	nov/16	dez/16	
Santa Catarina*	195,00	195,00	0,00
Espírito Santo	357,00	327,50	-8,26
Goiás	268,00	267,50	-0,19
Paraná	218,56	199,51	-8,72
Rio de Janeiro	266,20	255,00	-4,21
Rio Grande do Sul	209,92	220,68	5,13

(*) praça de referência: Chapecó, SC

Fonte: Epagri/Cepa, Conab (dados extraído em 11/01/2017).

O mercado do feijão-preto permaneceu calmo no último mês; nas principais regiões produtoras as variações foram pouco significativas. Em Santa Catarina, não houve variação na praça de referência, que é Chapecó. No estado do Espírito Santo, a redução na cotação foi de 8,26%; no Paraná, queda de 8,72%; e no Rio de Janeiro, redução de 4,21. A exceção foi o Rio Grande do Sul, segundo a Conab. Naquele estado o feijão-preto teve variação positiva de 5,13%: o preço pago ao produtor pela saca de 60kg passou de R\$209,92 em novembro para R\$220,68 em dezembro.

Feijão 1ª safra – Comparativo de safra 2015/16 e 2016/17

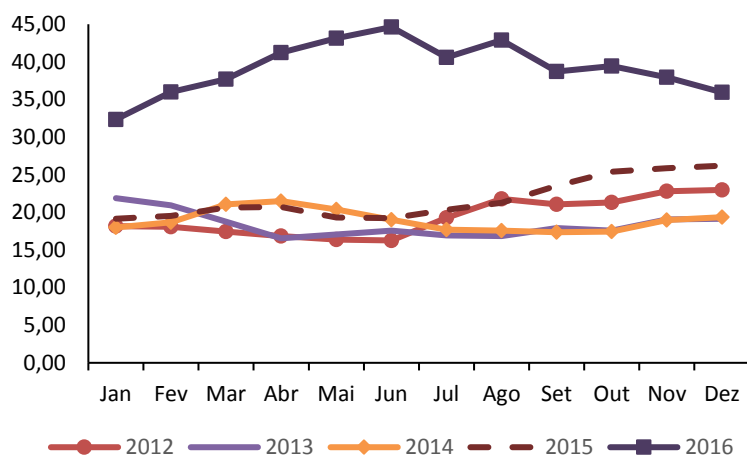
Microrregião	Safra 2015/2016			Estimativa Inicial Safra 2016/2017			Variação (%)		
	Área (ha)	Quant. Prod.(t)	Rend. Médio (kg/ha)	Área (ha)	Quant. Prod.(t)	Rend. Médio (kg/ha)	Área	Quant. Prod.	Rend. Médio
Araranguá	150	146	970	30	30	1000	-80	-79	3
Blumenau	328	328	1000	164	168	1024	-50	-49	2
Campos de Lages	9720	19541	2010	9320	17936	1924	-4	-8	-4
Canoinhas	5570	8452	1517	6140	12114	1973	10	43	30
Chapécó	1746	2953	1691	1725	3358	1946	-1	14	15
Concórdia	514	527	1025	415	580	1398	-19	10	36
Criciúma	354	464	1312	1076	1312	1219	204	183	-7
Curitibanos	15600	27529	1765	10595	21767	2054	-32	-21	16
Florianópolis	280	370	1321	140	185	1321	-50	-50	0
Itajaí	19	22	1158	9	5	556	-53	-77	-52
Ituporanga	500	412	824	959	2162	2254	92	425	174
Joaçaba	4288	7429	1733	3733	7019	1880	-13	-6	9
Joinville	28	20	714	14	10	714	-50	-50	0
Rio do Sul	620	444	716	536	978	1825	-14	120	155
São Bento do Sul	430	540	1256	300	450	1500	-30	-17	19
São M. do Oeste	992	1427	1439	1082	1896	1752	9	33	22
Tabuleiro	970	1088	1122	400	442	1105	-59	-59	-1
Tijucas	468	621	1327	264	426	1614	-44	-31	22
Tubarão	1002	1357	1354	1053	1500	1424	5	11	5
Xanxerê	4855	10521	2167	6500	15261	2348	34	45	8
Santa Catarina	48434	84190	1738	44455	87597	1970	-8	4	13

Fonte: Epagri/Cepa, IBGE/LSPA - SC (dezembro/2016).

A primeira safra 2016/17 de feijão vem se desenvolvendo bem, o clima tem colaborado com os produtores e a expectativa é de uma safra muito boa. Até o momento mais de 91% da área destinada ao plantio da leguminosa já foi semeada, devendo encerrar até meados de janeiro, quando as três principais regiões produtoras do Estado, Curitibanos, Joaçaba e Lages, que juntas respondem por 53% da área cultivada com a primeira safra de feijão em 2016/17, concluirão a implantação das lavouras. No Estado, dos 44.455ha previstos para a cultura, cerca de 45% já se encontra em fase de floração e cerca de 20% já foi colhido. Até o momento não foram observados problemas importantes com ataque de pragas e ocorrência de doenças, fatores que normalmente influenciam na qualidade e produtividade do feijão. Com isso se espera colher uma safra com uma produção de excelente qualidade, diferente do que ocorreu na safra passada, que, pelo excesso de chuvas no momento da colheita, comprometeu significativamente a qualidade do grão colhido.

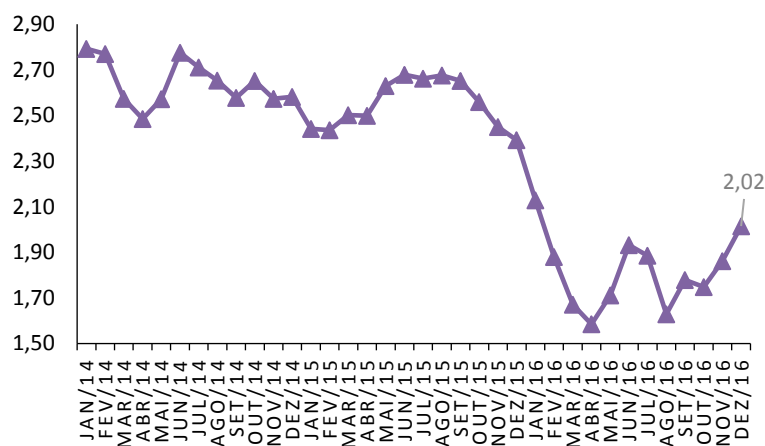
Milho

Glauca de Almeida Padrão
Economista, Dra. – Epagri/Cepa
glauciapadrao@epagri.sc.gov.br



Fonte: Epagri/Cepa.

Milho – Evolução do preço médio mensal real ao produtor em Santa Catarina – 2012 a 2016

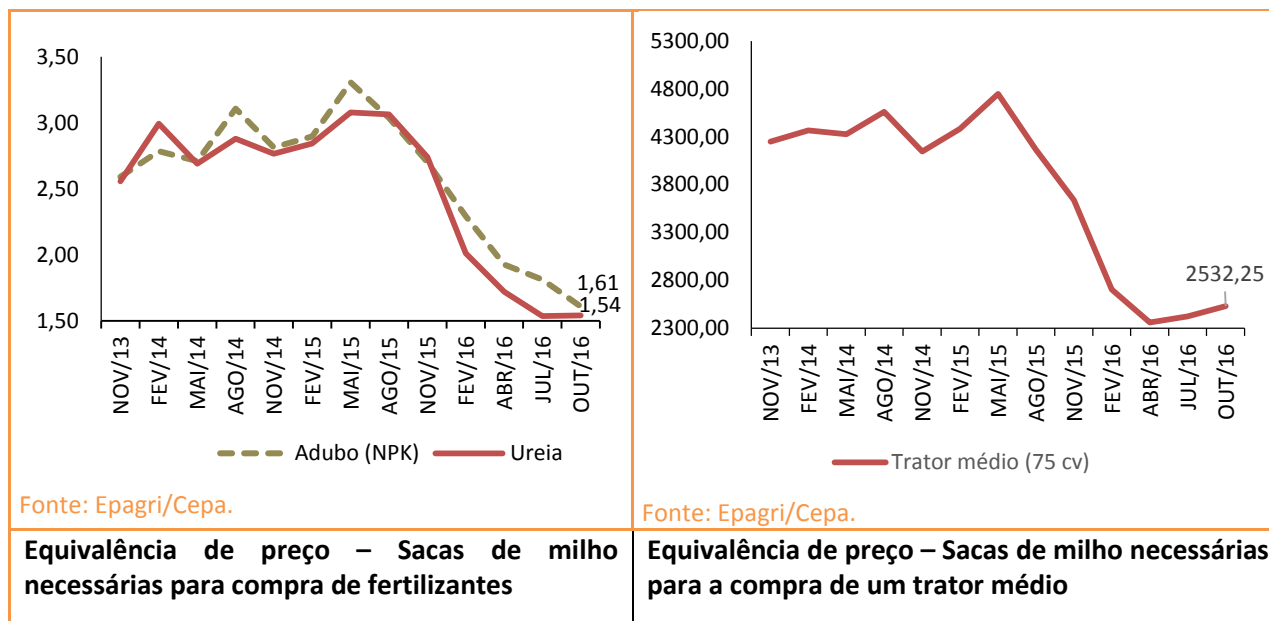


Fonte: Epagri/Cepa.

Equivalência de preços de soja e milho em Santa Catarina

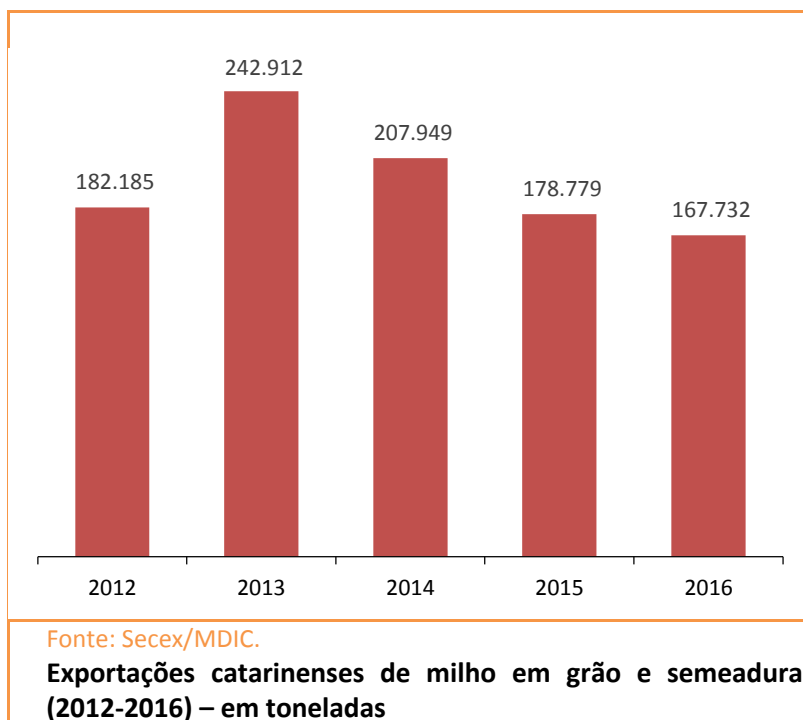
vado o bom desenvolvimento das lavouras já semeadas. Também no ano de 2016 foi observada uma equivalência de preços favorável ao produtor de milho, fato não observado há muitos anos. A comparação entre o preço de milho e soja no Estado, considerando a possibilidade de rentabilidade e custos de produção, gera a equivalência de preços. Se o resultado da comparação for valor inferior a 2,3, o preço é favorável ao produtor de milho; se for superior, é favorável ao sojicultor. A valorização do preço do milho mais que proporcional ao preço da soja resultou em equivalência de preços favorável ao produtor de milho. Nos últimos meses, contudo, os preços da soja voltaram a se recuperar e os preços do milho a desvalorizar, o que tem sinalizado que a equivalência de preços volte a favorecer o sojicultor, por se tratar de um produto de maior liquidez no mercado.

O ano de 2016 foi especialmente favorável aos produtores de grãos no estado de Santa Catarina em termos de mercado. Embora essa alta apresentada nos preços no referido ano tenha sido fortemente influenciada por quebra de safra no ano anterior, que resultou em redução da oferta, outros fatores são capazes de afetar os preços, entre eles a valorização do dólar, que torna o mercado externo atrativo. Nos últimos meses de 2016, aproximadamente a partir de setembro, os preços seguiram o comportamento sazonal e passaram a apresentar comportamento decrescente. Há de se salientar que a expectativa de safra recorde nos Estados Unidos, Argentina (que já tem relatado problemas na safra) e no restante do Brasil, influenciada pelo clima propício ao cultivo deste grão, é fator fundamental para o padrão de comportamento apresentado. Apesar de haver algum risco de a segunda safra de milho no Brasil não ser tão expressiva quanto o esperado, a indicação é que a oferta de milho tanto interna quanto externa será grande e, consequentemente, os preços não deverão se manter nos mesmos patamares observados em 2016. Em Santa Catarina também é esperada uma safra maior em relação ao último ano e com grãos de boa qualidade, conforme vem sendo obser-



Quanto aos preços dos insumos, observa-se que o aumento dos preços do milho também resultou em queda na equivalência de preços entre o grão e seus principais insumos. No mês de outubro foram necessárias cerca de 1,6 sacas de 60kg milho para adquirir um saco de adubo NPK de 50kg; e 1,54 sacos de milho para adquirir um saco de 50kg de ureia. Para o trator de 75 c.v., a equivalência de preços sofreu ligeira alta em relação ao mês de abril de 2016 (menor preço observado), sendo necessárias 2532 sacos de milho para adquirir um trator. Além do aumento do preço do milho, destaca-se que houve uma queda nos preços dos insumos no Estado, seguindo a tendência nacional, haja vista a instabilidade econômica e forte oscilação do dólar.

Em 2016 as exportações de milho em Santa Catarina totalizaram 167,7 mil toneladas. Esse valor, apesar de ser abaixo do observado nos últimos anos, é expressivo quando se consideram as condições em que essas exportações foram obtidas. Com a quebra da safra no Estado, o mercado interno se tornou muito atrativo e, em algumas situações, superou os preços do mercado externo. No entanto, o mercado externo, que também foi afetado pela redução da oferta mundial, somado à alta do dólar, voltou a atrair o produtor, que destinou boa parte da sua produção às exportações.



Milho Grão Total – Acompanhamento da safra 2016/17 – Santa Catarina

Microrregião	Safra 2015/16			Safra 2016/17 (Estimativa Atual)			Variação (%)		
	Área (ha)	Quant. prod. (t)	Rend. médio (kg/ha)	Área (ha)	Quant. prod. (t)	Rend. médio (kg/ha)	Área plant.	Quant. prod.	Rend. médio
Araranguá	7516	40135	5340	7996	31713	3966	6,39	-20,98	-25,73
Blumenau	1673	6400	3825	1567	5967	3808	-6,34	-6,77	-0,46
Campos de Lages	35500	233622	6581	35160	259926	7393	-0,96	11,26	12,34
Canoinhas	30500	266270	8730	32000	287760	8993	4,92	8,07	3,00
Chapecó	61314	530621	8654	66150	487198	7365	7,89	-8,18	-14,90
Concórdia	31140	211666	6797	28020	198283	7076	-10,02	-6,32	4,11
Criciúma	7833	47141	6018	8140	47906	5885	3,92	1,62	-2,21
Curitibanos	19848	182149	9177	21608	217786	10079	8,87	19,56	9,83
Florianópolis	619	2299	3714	619	2299	3714	0,00	0,00	0,00
Itajaí	54	199	3685	53	196	3698	-1,85	-1,51	0,35
Ituporanga	10080	61600	6111	11220	77044	6867	11,31	25,07	12,36
Joaçaba	55552	443751	7988	59684	543664	9109	7,44	22,52	14,03
Joinville	390	1284	3292	340	1160	3412	-12,82	-9,66	3,63
Rio do Sul	19450	111432	5729	20060	121063	6035	3,14	8,64	5,34
São Bento do Sul	5500	44750	8136	5000	40900	8180	-9,09	-8,60	0,54
São Miguel do Oeste	45640	282792	6196	45890	335142	7303	0,55	18,51	17,87
Tabuleiro	3505	11968	3415	3457	11801	3414	-1,37	-1,40	-0,03
Tijucas	1690	6237	3691	1705	6764	3967	0,89	8,45	7,50
Tubarão	6381	37431	5866	5548	26425	4763	-13,05	-29,41	-18,81
Xanxerê	23500	207534	8831	26770	249382	9316	13,91	20,16	5,49
Santa Catarina	367685	2729281	7423	380987	2952378	7749	3,62	8,17	4,40

Fonte: Epagri/Cepa.

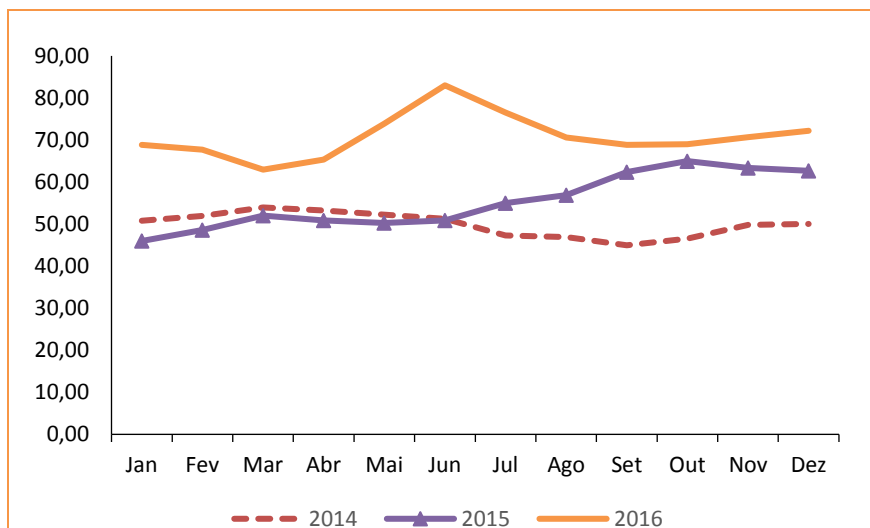
Milho Silagem – Acompanhamento da safra 2016/17 – Santa Catarina

Microrregião	Safra 2015/16			Safra 2016/17 (Estimativa Atual)			Variação (%)		
	Área (ha)	Quant. prod. (t)	Rend. médio (kg/ha)	Área (ha)	Quant. prod. (t)	Rend. médio (kg/ha)	Área plant.	Quant. prod.	Rend. médio
Araranguá	4870	156845	32206	4912	147459	30020	0,97	0,53	-0,43
Blumenau	1797	69865	38879	1824	70895	38868	1,50	1,47	-0,03
Campos de Lages	5320	220250	41400	5160	251250	48692	14,85	14,07	-0,67
Canoinhas	3800	140000	36842	4230	163900	38747	5,26	6,61	1,28
Chapecó	58800	2416709	41100	57755	2362574	40907	-2,39	-3,60	-1,24
Concórdia	18280	737800	40361	24780	982100	39633	34,46	32,03	-1,81
Criciúma	3574	141177	39501	3693	146907	39780	3,27	3,28	0,00
Curitibanos	2550	99680	39090	2550	116620	45733	0,00	0,00	0,00
Florianópolis	326	13510	41442	331	13700	41390	1,53	1,41	-0,13
Itajaí	60	1800	30000	61	1827	29951	1,67	1,50	-0,16
Ituporanga	2580	108800	42171	2400	99000	41250	-6,98	-9,01	-2,18
Joaçaba	15100	661100	43781	15520	739350	47639	1,99	1,84	-0,15
Rio do Sul	14830	527010	35537	15380	549850	35751	3,71	4,33	0,60
São Miguel do Oeste	47190	1613840	34199	45870	1750700	38167	-2,80	8,48	11,60
Tabuleiro	1320	70950	53750	1339	71998	53770	1,44	1,48	0,04
Tijucas	2470	71020	28753	2506	72050	28751	1,46	1,45	-0,01
Tubarão	10596	390870	36888	10683	362426	33925	0,87	-6,48	-7,28
Xanxerê	17120	749300	43768	16280	700800	43047	-6,13	-7,64	-1,61
Santa Catarina	210583	8190526	38895	215274	8603406	39965	2,15	3,39	1,22

Fonte: Epagri/Cepa.

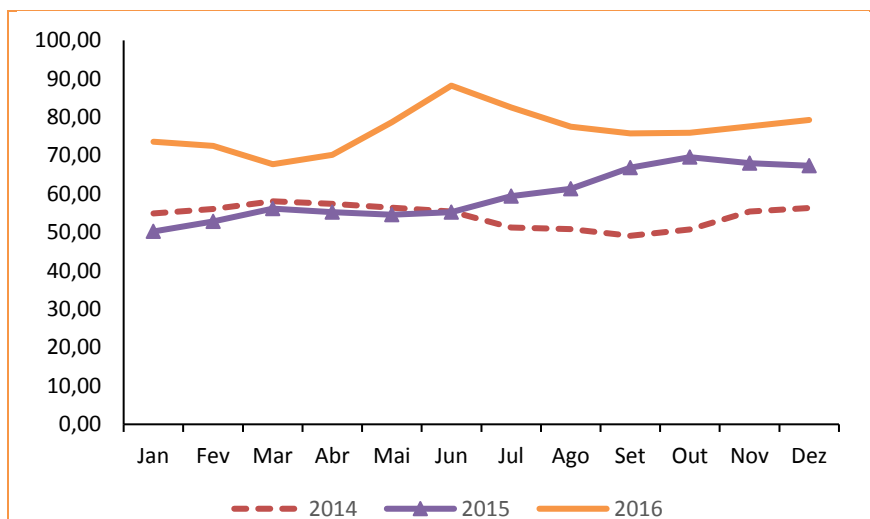
Soja

Glauca de Almeida Padrão
Economista, Dra. – Epagri/Cepa
glauciapadrao@epagri.sc.gov.br



Fonte: Epagri/Cepa

Soja – Preço médio real mensal da soja em grão ao produtor, Santa Catarina – 2014 a 2016

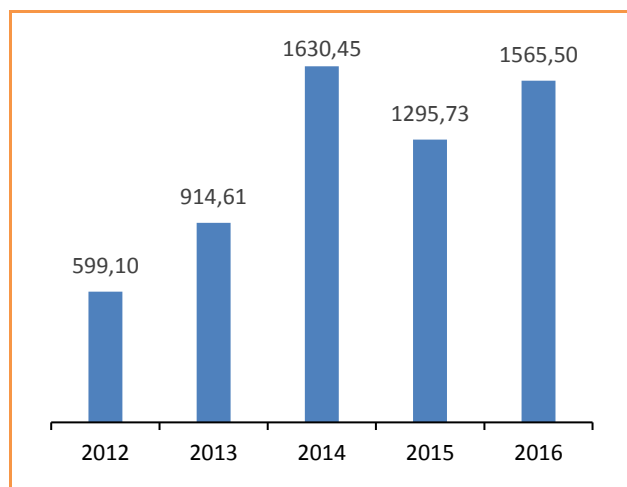


Fonte: Epagri/Cepa

Soja – Preço médio real mensal da soja em grão no atacado, Santa Catarina – 2014 a 2016

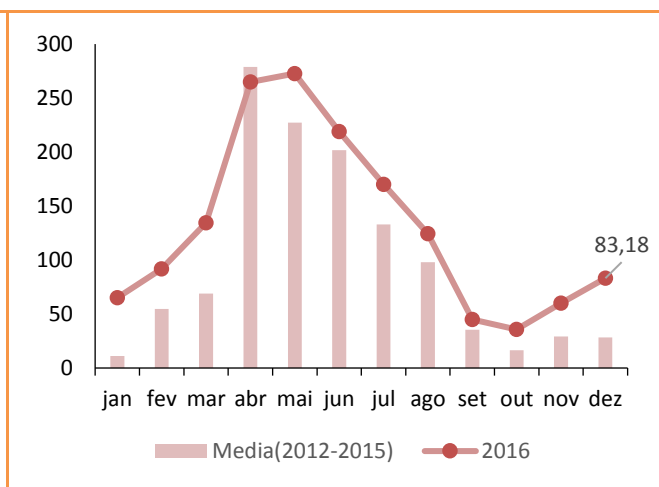
O ano de 2016 foi marcado por preços elevados, embora a valorização não tenha ocorrido na mesma proporção observada em outros grãos. Comparativamente a produtos concorrentes em área, como é o caso do milho, essa valorização menor que a observada no mercado de milho levou muitos produtores do Estado a aumentar suas áreas de produção do grão, contrariando a tendência histórica de redução da área. Contudo, pela alta liquidez da soja no mundo, mesmo os altos preços do milho não foram suficientes para reduzir significativamente a produção de soja no Estado. A frustração de safra na Argentina, a procura por farelo para produção de ração, a quebra de safra do milho no Estado e o aquecimento do mercado externo explicam o comportamento crescente dos preços do grão na última safra. As expectativas de safra recorde nos EUA forçaram os preços para baixo, mas esses já começam a mostrar comportamento crescente, influenciados entre outras coisas pela mudança na política americana de biocombustíveis, que promoverá um aumento na demanda por soja, o que tende a valorizar os preços no mercado futuro, com reflexos no preço interno.

No atacado, o comportamento dos preços foi similar ao preço ao produtor, passando por ligeira queda entre os meses de julho e setembro e voltando a se recuperar nos meses seguintes.



Fonte: MDIC/Aliceweb.

Soja – Acumulado das exportações da soja em grão de Santa Catarina (2012 a 2016), em mil toneladas



Fonte: MDIC/Aliceweb.

Soja – Exportações mensais da soja em grão de Santa Catarina (2012 a 2016), em mil toneladas

As exportações catarinenses em 2016 foram cerca de 21% maiores do que as observadas em 2015. O mercado externo aquecido, a escassez de oferta e alta do dólar foram os principais fatores que influenciaram o aumento das exportações do complexo soja no ano. O volume exportado totalizou 1,6 milhões de toneladas e, no comparativo mês a mês, observa-se que, com exceção do mês de abril, nos demais meses foi observado um volume de exportações superior à média dos últimos quatro anos, com destaque para os meses de outubro a dezembro. Entre os principais destinos, destacam-se China (cerca de 85%) e Estados Unidos.

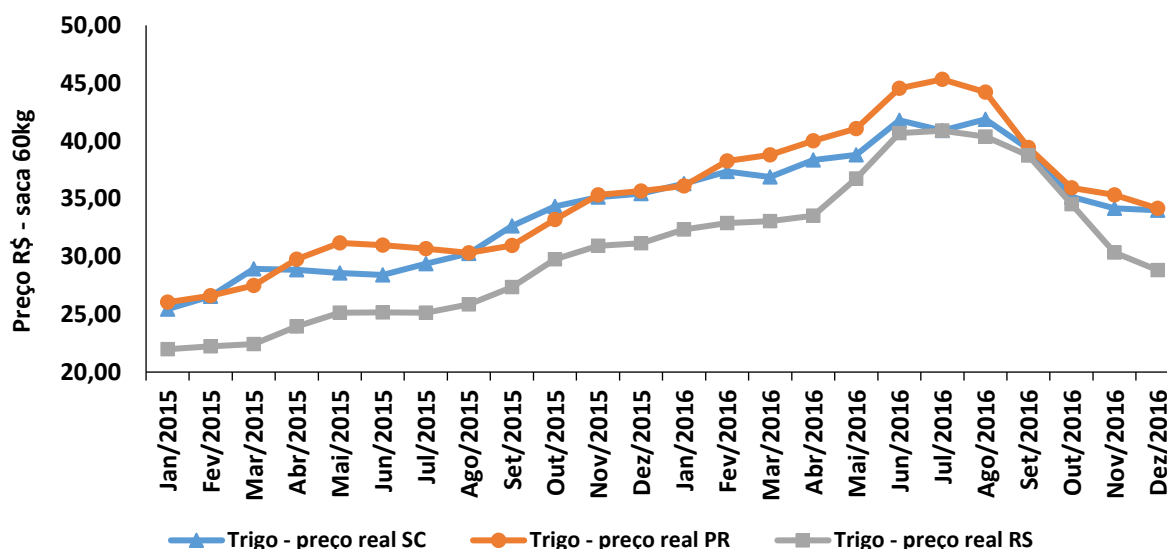
Soja – Santa Catarina – acompanhamento da safra 2016/17

Microrregião	Safra 2015/16			Safra 2016/17 - Estimativa atual			Variação (%)		
	Área plantada (ha)	Quantidade produzida (t)	Rend. médio (kg/ha)	Área plantada (ha)	Quantidade produzida (t)	Rend. médio (kg/ha)	Área plant.	Quant. prod.	Rend. médio
C. de Lages	60430	201440	3333	59200	189740	3205	-2,04	-5,81	-3,85
Canoinhas	133320	456456	3424	131700	469300	3563	-1,22	2,81	4,08
Chapecó	91575	262779	2870	87919	267648	3044	-3,99	1,85	6,09
Concórdia	4235	13290	3138	5890	19203	3260	39,08	44,49	3,89
Curitibanos	103645	358894	3463	107180	415920	3881	3,41	15,89	12,07
Ituporanga	6350	21265	3349	6940	24246	3494	9,29	14,02	4,33
Joaçaba	57905	207558	3584	56030	212871	3799	-3,24	2,56	5,99
Rio do Sul	3375	10941	3242	4200	14730	3507	24,44	34,63	8,19
São B. do Sul	10400	34320	3300	10500	33900	3229	0,96	-1,22	-2,16
S. M. do Oeste	36270	108882	3002	35970	108938	3029	-0,83	0,05	0,89
Xanxerê	140000	448763	3205	137060	452253	3300	-2,10	0,78	2,94
Santa Catarina	647505	2124588	3281	642589	2208749	3437	-0,76	3,96	4,76

Fonte: Epagri/Cepa.

Trigo

João Rogério Alves
Engenheiro-agrônomo, M.Sc. – Epagri/Cepa
joaoalves@epagri.sc.gov.br



Fonte: Epagri/Cepa (SC), Conab (RS e PR).

Nota: Preços corrigidos pelo IGP-DI (dezembro/2016 = base 100).

Trigo Grão – Evolução do preço médio mensal real pago ao produtor de trigo grão – SC, PR e RS (Jan./2015 a Dez./2016)

Com 100% do trigo colhido em Santa Catarina, os preços pagos aos produtores continuaram em queda no mês de dezembro, a redução foi de cerca de 0,52%. Em dezembro o produtor catarinense recebeu em média R\$33,99 pela saca de 60kg do cereal, contra os R\$34,17 recebidos no mês de novembro. Apesar dos preços baixos recebidos pelos produtores, os resultados da safra são comemorados pelos produtores, sobretudo no que se refere a produtividade e qualidade. Os rendimentos médios estimados estão variando de 3.656kg/ha na microrregião de Joaçaba, até 4.429kg/ha na microrregião de Curitibanos, com relatos de rendimentos acima de 4.800kg/ha. Até o mês de dezembro, nossas estimativas vinham apontando para uma produtividade média estadual de 3.359kg/ha. Para a Conab, essa estimativa do rendimento médio é um pouco superior, devendo ficar em torno de 3.850kg/ha. Em relação à qualidade do grão colhido, o que se tem verificado a campo é que o peso hectolítrico (PH) está acima da média estipulada como padrão para enquadramento do produto dentro do Tipo 1, superando o PH80 em muitas regiões do Estado. Nesta safra 2016/17 o clima foi um aliado dos produtores de trigo, com oferta de chuvas e de temperatura adequadas ao longo de praticamente todas as fases do desenvolvimento da cultura. O clima também contribuiu com a manutenção da sanidade das lavouras; foram poucos os relatos de problemas importantes devido à incidência de pragas e/ou doenças, aspecto que resultou numa produção com grãos bem formados e sadios, atributos requeridos pelas indústrias moageiras. Contudo, o mesmo não podemos dizer quanto à rentabilidade dos produtores de trigo. Em dezembro de 2015, o produtor catarinense recebeu pela saca de 60kg de trigo R\$37,50; já em dezembro de 2016, por essa mesma saca de trigo o produtor recebeu em média R\$33,99 (redução de quase 10%). Com o preço de mercado abaixo do preço mínimo, o governo federal, através da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), vem apoiando produtores de trigo da Região Sul com a realização de leilões de subvenção para escoamento da produção. São duas modalidades de leilão: Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural

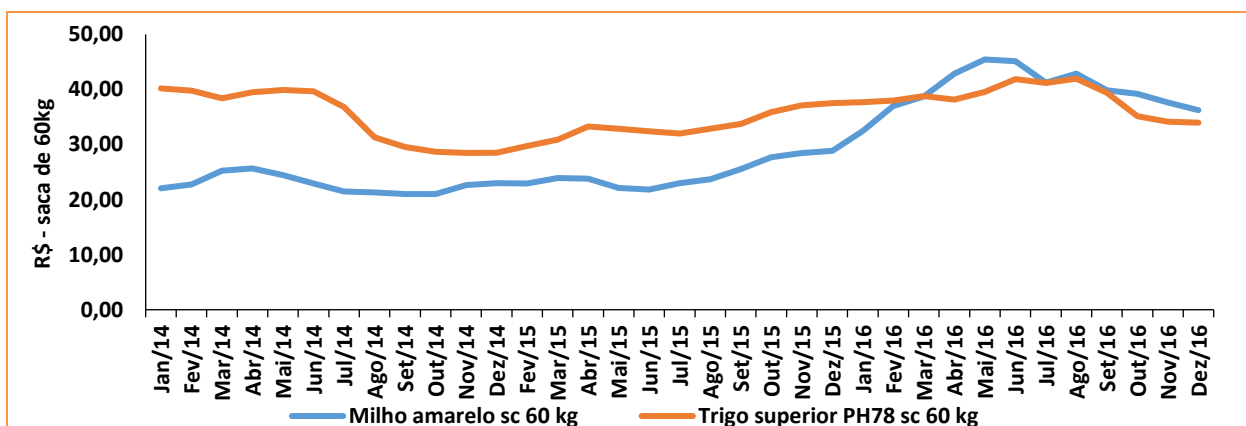
(Pepro) e Prêmio para Escoamento de Produto (PEP). Contudo, tais medidas não têm se mostrado eficientes, na medida em que os preços pagos ao produtor continuam caindo. Para quem planejou e realizou contratos de venda futura no momento do plantio, conseguiu garantir bons preços, com valores acima de R\$40,00/saca para produção segregada, já que há empresas que pagam mais por produtos com características específicas para determinados seguimentos de processamento. Com esse cenário, alguns produtores estão optando por realizar trocas de produto por insumos para culturas de verão junto às cooperativas ou pelo pagamento de dívidas. Fora isso, a maioria dos produtores estão com sua produção armazenada aguardando melhores condições.

Trigo Grão – Preços médios pagos ao produtor na safra 2016/17 – R\$/saca de 60kg

Estado	nov/16	dez/16	variação (%)
Santa Catarina	34,17	33,99	-0,53
Paraná	35,33	34,18	-3,26
Rio Grande do Sul	30,34	28,83	-4,98
Goiás	39,80	37,50	-5,78
Minas Gerais	49,26	49,54	0,57
Mato Grosso do Sul	30,00	30,00	0,00

Fonte: Epagri/Cepa, Conab.

No Paraná, o preço médio oferecido aos produtores de trigo no mês de dezembro, segundo a Conab, foi de R\$34,18, contra R\$35,33 pagos em novembro (redução de 3,25%). Ainda segundo a Conab, no Rio Grande do Sul os preços aos agricultores recuaram cerca de 5%. Em novembro foi pago ao produtor gaúcho R\$30,34 pela saca de 60kg de trigo; já em dezembro houve recuo para R\$28,83. Com o mercado de farinhas praticamente parado no mês de dezembro, espera-se que a partir da segunda quinzena de janeiro, os moinhos voltem a realizar pedidos. Nessa retomada das compras, o custo do frete deverá ser fator de preocupação. Com o avanço da colheita da soja, os freteiros estão dando preferência a fretes de curta distância, melhor remunerados, em detrimento a fretes de longas distâncias, necessários ao escoamento do trigo grão.



Fonte: Epagri/Cepa.

Trigo Grão – Relação do preço médio mensal nominal pago ao produtor para trigo e milho – Santa Catarina (Jan./2014 a Dez./2016)

Em dezembro a relação de preço nominal entre o trigo e o milho foi de 6,7% em favor do milho. No gráfico podemos visualizar que desde março de 2016 o preço pago ao produtor catarinense pela saca de 60kg de milho grão tem sido superior ao preço da saca de 60kg de trigo superior.

Trigo Grão – Comparativo da safra 2015/16 com a estimativa atual da safra 2016/17

Microrregião	Safra 2015/16			Estimativa Atual Safra 2016/17			Variação (%)		
	Área Plantada (ha)	Quant. Prod. (t)	Rend. Médio (kg/ha)	Área Plantada (ha)	Quant. Prod. (t)	Rend. Médio (kg/ha)	Área	Quant. Prod.	Rend. Médio
Blumenau	30	54	1800	20	36	1800	-33	-33	0
Campos de Lages	1600	4520	2825	1700	6270	3688	6	39	31
Canoinhas	17380	26874	1546	14900	54474	3656	-14	103	136
Chapecó	18050	37749	2091	16605	46827	2820	-8	24	35
Concórdia	768	2031	2643	622	1742	2800	-19	-14	6
Curitibanos	10783	22473	2084	10648	47165	4429	-1	110	113
Ituporanga	550	672	1222	1720	4266	2480	213	535	103
Joaçaba	6415	12921	2014	4700	18212	3875	-27	41	92
Rio do Sul	110	126	1145	487	1338	2747	343	962	140
São Bento do Sul	220	396	1800	250	843	3372	14	113	87
São M. do Oeste	4207	6595	1568	2295	7325	3192	-45	11	104
Tijucas	40	6	150	48	144	3000	20	2300	1900
Xanxerê	15645	41666	2663	15175	43719	2881	-3	5	8
Santa Catarina	75798	156082	2059	69170	232360	3359	-9	49	63

Fonte: Epagri/Cepa, IBGE/LSPA - SC (Dez./2016).

As estimativas da Epagri/Cepa apontam que nesta safra 2016/17 Santa Catarina irá colher cerca de 232 mil toneladas de trigo, cultivados em aproximadamente 69.170ha, com um rendimento médio de 3.359kg/ha. Com uma “safra cheia”, espera-se uma produção 49% superior à safra 2015/16. Essa boa safra catarinense de trigo é acompanhada pelos demais estados produtores, ocasionando uma super oferta de trigo no mercado interno, fator que tem pressionado para baixo os preços pagos ao produtor, chegando a patamares inferiores ao preço mínimo fixado pelo governo federal. Essa situação fez com que o governo federal intervisse no mercado promovendo leilões de compras via Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural (Pepro) e Prêmio para Escoamento de Produto (Pep). Desses leilões participam indústrias moageiras de trigo, cooperativas de produtores rurais na condição de indústria de ração, além de comerciantes, avicultores e suinocultores, que dispõem de indústrias próprias de ração animal, e comerciantes de cereais. Segundo dados da Conab, até o último dia 4 de janeiro já haviam sido realizados oito avisos de quantidades ofertadas para serem negociadas, totalizando 430.000t ofertadas para compra via Pep, com negociação efetiva de 50.791t, cerca de 12%; e mais 900.000t ofertadas via Pepro, com negociação de 472.610t, o que corresponde a cerca de 52%. Em volumes totais, até o momento, somando duas modalidades de leilão, foram 1.330.000t ofertadas pelo governo para compra, sendo negociado cerca de 39% desse volume, o que representa cerca de 523.401t. Esses instrumentos de certa forma mostram a boa vontade do governo federal em apoiar os produtores; contudo, não isso tem sido suficiente. Ainda segundo a Conab, diante do excesso de produto no mercado interno comercializado a preços abaixo do mínimo e de indústrias moageiras bem abastecidas, a tendência para os próximos meses é que haja uma diminuição nas importações.

Produtos vegetais

Mandioca

Haroldo Tavares Elias
Engenheiro-agrônomo, Dr. – Epagri/Cepa
htelias@epagri.sc.gov.br

Raiz de mandioca – Safra do Brasil e principais estados – Safras 2012 - 2016

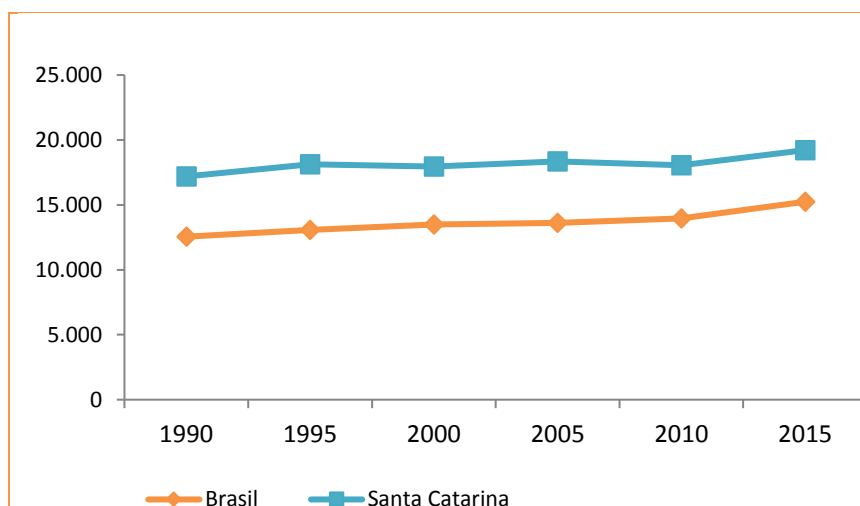
Estados	Área colhida (1.000ha)					Quantidade produzida (1.000t)				
	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016 ⁽¹⁾
Brasil	1.693	1.526	1.568	1.512	1.546	23.045	21.484	23.242	23.059	23.705
Pará	301	302	344	308	350	4.618	4622	4915	4696	6034
Paraná	159	156	157	159	133	3.869	3760	3959	4312	3744
Bahia	222	179	194	189	170	2.201	1854	2131	2098	1870
Amazonas	79	81	75	70	167	926	941	847	801	1665
Maranhão	197	190	188	174	157	1.530	1325	1619	1482	1311
Acre	45	44	43	38	39	897	939	1240	1122	1147
São Paulo	58	54	55	50	49	1355	1323	1317	1171	1219
Rio G. do Sul	79	71	65	63	79	1191	1166	1181	1155	1108
Minas Gerais	60	59	60	59	58	824	815	852	851	844
Mato G. do Sul	31	33	40	48	45	635	722	873	1004	742
Rondônia	27	28	25	27	29	472	447	532	574	665
Ceará	89	66	61	58	61	469	300	478	359	401
Santa Catarina	29	29	23	22	21	530	551	443	424	386

Produção Agrícola Municipal – PAM (2012-15) e LSPA (Dez./2016).

⁽¹⁾ Dados sujeito a atualização.

Fonte: IBGE, 2017.

O cultivo de mandioca é realizado em todas as regiões do Brasil, com sua produção destinada a diferentes finalidades. No Norte/Nordeste, está ligada a fatores culturais e de subsistência. No Centro-Sul, predomina o consumo *in natura* e a industrialização (agregação de valor). Apesar das diferenças, os mercados são fortemente interligados no Brasil e os ganhos de produtividade são diferentes entre as regiões ao longo dos anos. A variação de área cultivada depende do mercado e das condições climáticas. Observa-se uma tendência de redução da área cultivada no Brasil desde 2012, em relação às estimativas para safra 2016/2017. Nesse período, houve uma redução de 8,7% na área cultivada. A quantidade produzida permanece praticamente estável nos últimos anos, muito em função da elevação dos níveis de produtividade, que de 1990 para 2015 teve elevação em torno de 2.000kg/ha. Contudo, o rendimento médio de mandioca no Brasil ainda é baixo: 15t/ha.



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Mandioca – Rendimento médio da produção no Brasil e Santa Catarina, 1990-2015 em Kg ha

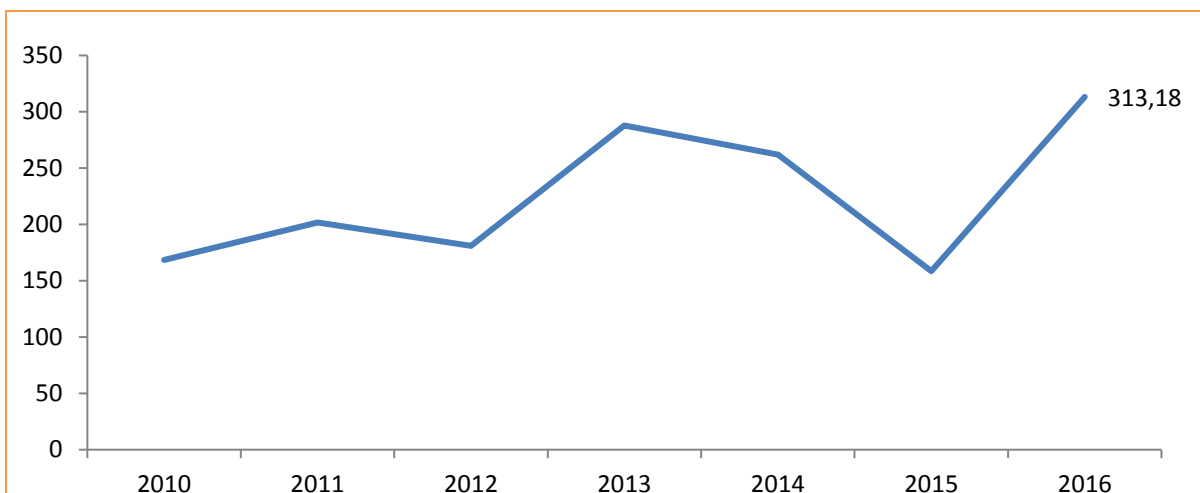
Na safra catarinense (2015/16), houve redução de 4,54% na área de plantio e 9% na produção. Os cultivos para fins de processamento para produção de farinha, fécula e polvilho azedo concentram-se nas regiões do Sul Catarinense, Vale e Alto Vale do Itajaí e em alguns municípios da Grande Florianópolis. Ressalta-se a forte redução da área de plantio na região de Tubarão nos últimos anos, superior a 50% de 2013 para 2015, substituída em parte pelas culturas de milho, soja e pastagens. Na maioria dos casos, as processadoras de matéria-prima remuneram a raiz pelo rendimento

de amido. Esse procedimento estimula o produtor a utilizar práticas de manejo adequadas e variedades mais produtivas, resultando em mais ganho por área cultivada e menor custo por tonelada de amido produzida na indústria. A definição do preço da raiz em função da sua concentração de amido torna o comércio mais justo e pode contribuir para a melhor rentabilidade da atividade.

Raiz de mandioca – Safra de Santa Catarina por microrregião geográfica – Safras 2011/12-2014/15

SC/MRG	Área colhida (ha)				Quantidade produzida (t)			
	2012	2013	2014	2015	2012	2013	2014	2015
Santa Catarina	29.055	28.564	23.397	22.178	529.648	551.349	443.462	423.706
São M. Oeste	1.715	2.035	1.585	1.535	35.885	42.815	33.315	32.210
Chapecó	3.638	4.273	3.154	3.193	69.416	85.251	59.856	61.231
Xanxerê	545	525	501	489	8.794	8.794	8.650	8.670
Joaçaba	340	338	338	338	5.569	5.625	5.625	5.765
Concórdia	1.153	599	399	389	13.518	12.890	8.415	8.715
Canoinhas	200	200	8	8	3.200	3.200	128	120
São B. do Sul	90	64	55	55	1.420	1.004	860	860
Joinville	2.394	1.804	1.805	1.809	44.590	35.834	23.254	30.334
Curitibanos	94	92	92	83	1.563	1.537	1.537	1.432
C. de Lages	66	66	66	64	866	866	866	961
Rio do Sul	2.180	2.045	1.743	1.693	50.715	47.445	42.135	41.525
Blumenau	2.537	2.254	2.009	1.422	46.548	43.201	40.153	23.510
Itajaí	449	389	449	470	8.544	7.994	8.406	7.269
Ituporanga	460	425	425	395	11.775	10.825	10.775	9.925
Tijucas	1.365	1.435	1.380	1.330	23.850	25.650	24.450	25.850
Florianópolis	1.085	1.010	810	840	15.535	21.415	16.115	16.770
Tabuleiro	380	380	430	430	7.300	7.300	8.300	8.300
Tubarão	7.942	8.091	5.243	4.847	141.575	147.930	100.957	93.337
Criciúma	505	459	415	283	8.525	6.978	7.880	4.907
Araranguá	1.917	2.080	2.490	2.505	30.460	34.795	41.785	42.015

Fonte: IBGE/PAM.



Fonte: Epagri/Cepa.

Raiz de mandioca – Preços médios reais anuais recebidos pelos produtores de Santa Catarina (R\$/t) – 2010-16

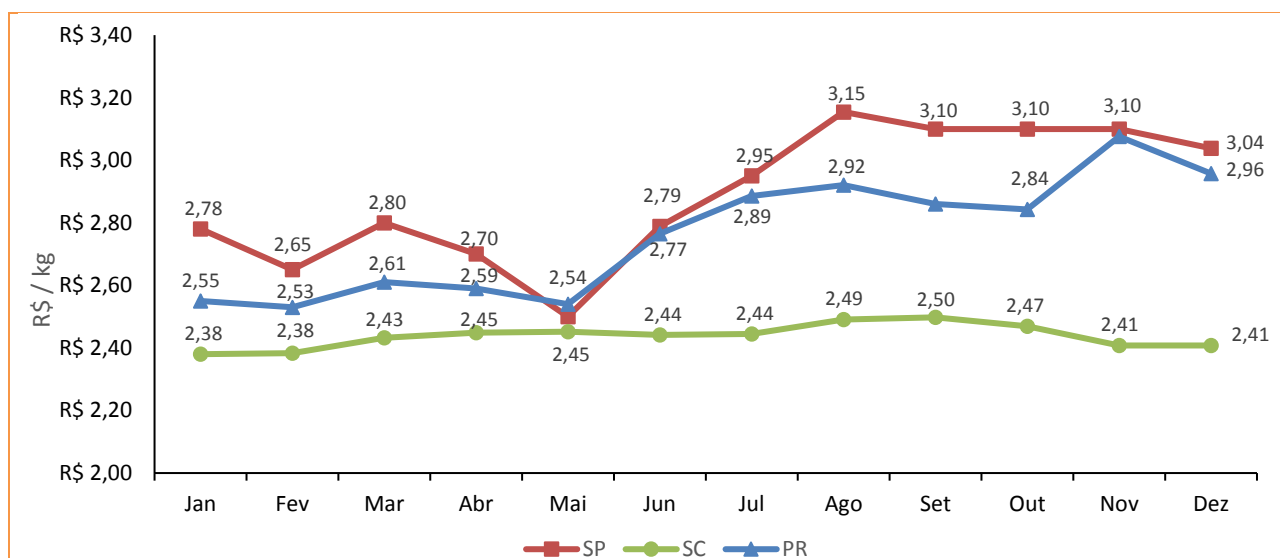
Nos últimos anos, tanto os preços aos produtores quanto do atacado catarinense têm sido crescentes, com exceção da safra 2015. Nessa safra, os preços da raiz atingiram a menor desvalorização dos últimos cinco anos, em função da grande oferta do produto. Por outro lado, considerando a safra 2016, os preços vêm obtendo alta superior a 90%. No cenário atual, com preços médios praticados em 2016 na ordem de R\$313,18/t (bem superiores aos da safra passada: R\$161,35/t), os indicativos são de que a área a ser plantada poderá aumentar na safra 2016/17. Entretanto, devido ao inverno rigoroso, a falta de ramas poderá restringir este crescimento. Os produtores do Litoral Sul iniciaram o plantio da safra 2016/17 na segunda quinzena de setembro, concluindo os trabalhos na primeira quinzena de novembro. Tais lavouras desenvolvem-se de forma satisfatória. Referente aos preços dos subprodutos, não tiveram alterações significativas em dezembro, até porque o volume de produtos comercializados é pequeno em função da entressafra. A farinha grossa é vendida entre R\$70,00 e 80/Sc de 50kg. A farinha fina tem seu preço atual fixado em R\$120,00/Sc de 50kg (indústria) e R\$2,50/kg (atacado). Referente à fécula, comercializa-se por R\$2,50/kg (indústria) e 4,88/kg (atacado). Quanto ao polvilho, o atual valor para comercialização está em R\$108,00/Sc de 50kg (valor mais comum). Cabe registrar que, se por um lado, a produção de farinha catarinense utiliza basicamente raízes produzidas no Estado, por outro, para a produção de derivados da fécula, parte dessas raízes vem de outros centros produtores, como o Paraná, maior produtor de fécula do Brasil. Em função disso, os preços tem tendência de elevação nos próximos meses.

Pecuária

Avicultura

Alexandre Luís Giehl
Engenheiro-agrônomo – Epagri/Cepa
alexandre giehl@epagri.sc.gov.br

Diferentemente do que ocorreu em outras unidades da federação, o preço médio estadual do frango vivo apresentou um comportamento estável em Santa Catarina ao longo de 2016. O preço médio de dezembro é apenas 1,18% superior ao de janeiro do ano passado. O pico foi registrado em setembro, quando se atingiu R\$2,50/kg, na média. A análise em separado das duas praças de Santa Catarina em que a Epagri/Cepa realiza a coleta de preços demonstra comportamentos um pouco distintos, com variações mais significativas no Sul Catarinense e maior estabilidade em Chapecó. A comparação da evolução do preço médio mensal do frango vivo em Santa Catarina com o mesmo parâmetro em São Paulo e Paraná evidencia que esses dois estados registraram comportamentos mais instáveis, com diversas oscilações ao longo do ano. No Paraná, o preço do frango vivo em dezembro era 15,98% maior que janeiro de 2016, enquanto em São Paulo essa variação foi de 9,29%.



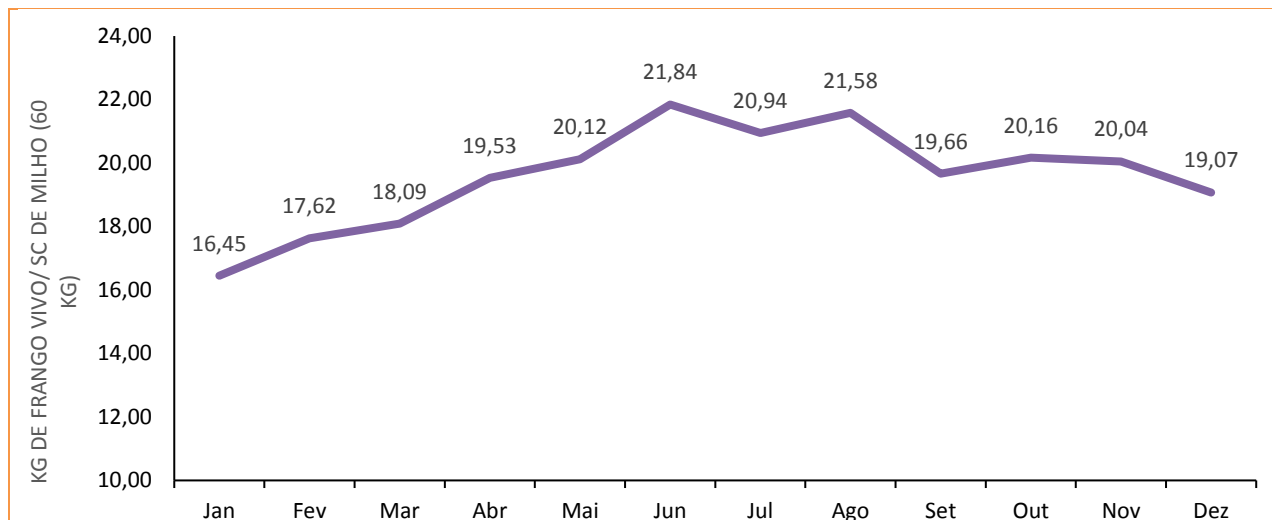
Preço referente ao custo do frango vivo na integração, posto na plataforma da agroindústria.

Fonte: Epagri/Cepa (SC); IEA (SP); SEAB (PR).

Frango vivo – Preço médio nominal mensal para avicultores em Santa Catarina, São Paulo e Paraná – 2016

Conforme já comentado em boletins anteriores, a relação de troca insumo/produto apresentou comportamentos bem distinguíveis ao longo dos dois semestres de 2016. No primeiro semestre observa-se uma tendência de crescimento constante, resultante principalmente dos aumentos no preço do milho. Já o segundo semestre é marcado por movimentos diversos de subida e descida, mas com uma tendência geral de queda. O ano foi finalizado com o índice registrando um valor 15,95% acima daquele de janeiro de 2016. Apesar das quedas durante os últimos meses do ano, o preço do milho ainda estava significativamente acima daquele praticado no mesmo período de 2015. Em dezembro de 2016 a saca de milho no atacado registrou cotação média de R\$45,93 na praça de Chapecó, valor 38,85% superior ao de dezembro do ano anterior. Mas

ressalta-se que o grão chegou a atingir R\$53,77 em agosto, período de maior alta. Tal situação foi decorrente principalmente de condições climáticas adversas no Centro Oeste, principal região produtora, que resultaram numa redução de 20,9% na safra 2015/2016 em relação à anterior. Além disso, no final de 2015 e início de 2016 registrou-se um aumento nas exportações brasileiras de milho, em função do câmbio favorável, o que reduziu a disponibilidade do produto no mercado nacional.



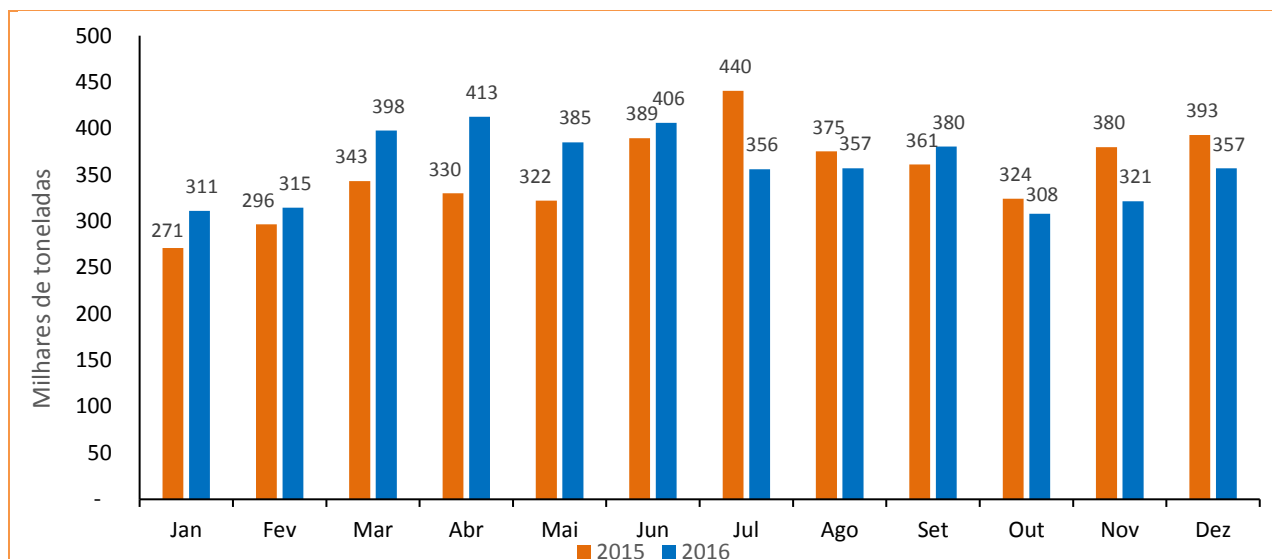
Para cálculo da relação de troca insumo/produto, utiliza-se como referência o preço médio estadual do frango vivo e o preço de atacado do milho na praça de Chapecó, SC.

Fonte: Epagri/Cepa.

Quantidade de frango vivo necessária para adquirir um saco de milho em Santa Catarina – 2016

Os constantes aumentos no preço do milho provocaram uma elevação significativa no custo de produção do frango, uma vez que a alimentação responde por mais de 70% dos custos da produção, sendo o milho o principal componente da ração. Aliado a isso, o ano de 2016 foi marcado pelo agravamento da crise econômica no País, o que resultou num menor consumo de proteínas de origem animal, situação que atingiu inclusive a carne de frango. Em 2015 houve um movimento de substituição da carne bovina pelo frango, provocando um aumento no consumo da ave. Contudo, com a continuidade da crise, esse fenômeno se mostrou limitado e incapaz de sustentar aumentos de consumo. Tal cenário limitou o repasse ao consumidor da totalidade do aumento nos custos, ocasionando severa crise no setor e resultando na redução do ritmo de abate em algumas empresas, suspensão de atividades ou até fechamento de unidades. Os casos mais extremos ocorreram com a Globoaves e a GT Foods, empresas sediadas no Paraná, que apresentaram pedidos de recuperação judicial. Em meio a tais dificuldades no âmbito interno, o setor apostava muito no mercado externo para viabilizar o escoamento da produção, perspectiva que era corroborada pelos bons números dos primeiros meses do ano. Para que se tenha uma ideia, o montante exportado no primeiro semestre de 2016 foi 12,36% superior ao mesmo período do ano anterior. Contudo, a partir de julho o cenário começou a se reverter, com os números do segundo semestre em sua maioria negativos. A Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) atribuiu essa mudança à desaceleração da produção brasileira, em função da “crise de insumos” vivida durante o ano de 2016 (aumento dos custos e, inclusive, dificuldade de obtenção de milho para produção de ração, em alguns casos). Mas se pode também atribuir parte da responsabilidade às mudanças na taxa de câmbio observadas a partir do final do primeiro semestre. Apesar de um segundo semestre pouco favorável, o ano de 2016 registrou um saldo positivo nas exportações de carne de frango. Ao longo dos 12 meses foram exportadas 4,31 milhões de toneladas, aumento de 1,94% em relação ao ano anterior. Contudo, em termos de receita houve queda de 4,39%, atingindo-se o montante de US\$6,76 bilhões.

Vale ressaltar que em outubro do ano passado a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em inglês) estimava um crescimento de 6,5% nas exportações brasileiras de frango, baseando-se principalmente nos dados do primeiro semestre. Mas no segundo semestre houve inversão da tendência e essa estimativa não se concretizou.



Fonte: MDIC.

Exportações de carne de frango – Brasil – 2015 e 2016

Em 2016, os principais destinos da carne de frango brasileira foram a Arábia Saudita, a China e o Japão, que juntos responderam por mais de 40% das receitas do País com esse produto.

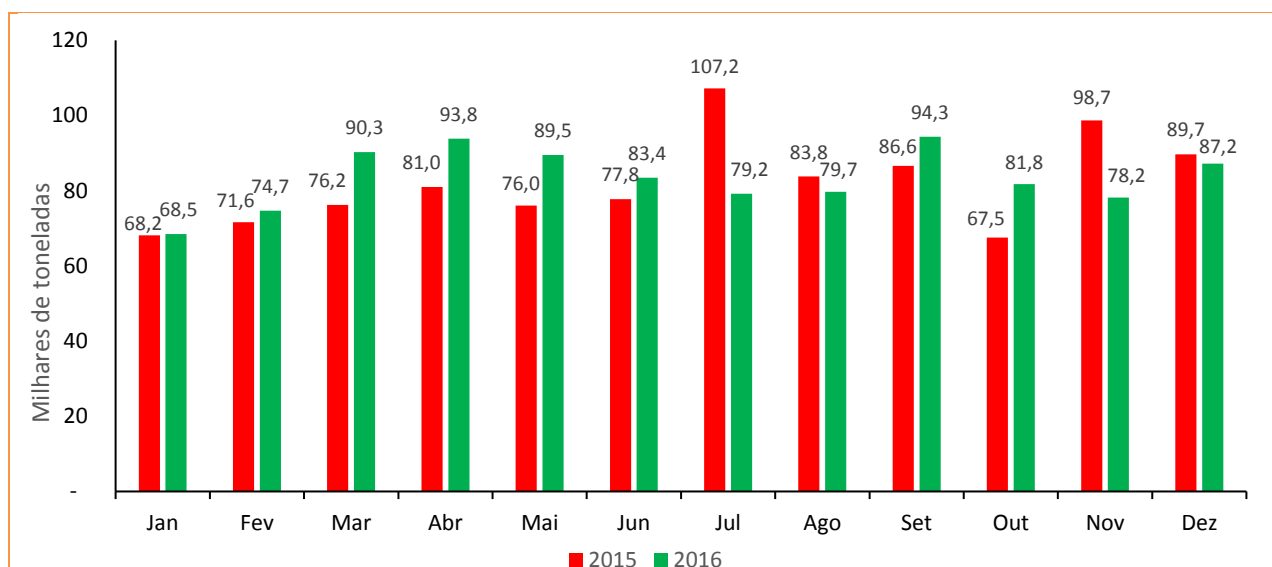
Carne de Frango - Principais destinos das exportações – Brasil – 2015 e 2016.

País	2015		2016	
	Valor (US\$)	Quantidade (ton)	Valor (US\$)	Quantidade (ton)
Arábia Saudita	1.369.514.522,00	789.302	1.157.023.920,00	558.054
China	607.659.787,00	307.042	859.482.854,00	483.769
Japão	842.145.200,00	420.597	729.725.969,00	397.062
Emirados Árabes	509.490.176,00	303.737	478.319.640,00	301.594
Países Baixos	460.508.054,00	192.641	402.050.514,00	181.815
Hong Kong	293.331.874,00	236.291	357.246.299,00	248.565
Reino Unido	217.611.988,00	77.517	234.557.409,00	88.998
Cingapura	162.365.955,00	83.421	185.211.253,00	97.366
Coréia do Sul	181.504.168,00	93.285	169.608.300,00	91.519
Kwait	192.083.226,00	121.615	162.988.985,00	108.503
Outros países	2.234.330.208,00	1.599.660	2.024.012.834,00	1.749.818
TOTAL	7.070.545.158,00	4.225.109	6.760.227.977,00	4.307.061

Fonte: MDIC.

Chama a atenção o expressivo aumento da participação da China, que passou a ocupar a 2ª colocação no *ranking* de exportações, e a redução das importações da Venezuela, que passou da 6ª para a 13ª posição. Em Santa Catarina a situação foi semelhante, com um primeiro semestre favorável e mudança de cenário no segundo. Ao todo, o Estado exportou 1 milhão de toneladas em 2016, o que representou um incremento de

1,67% em relação ao ano anterior. Já as receitas atingiram US\$1,70 bilhão, o que significa que houve queda de 4,83% na comparação com 2015.



Fonte: MDIC.

Carne de Frango – Exportações – Santa Catarina – 2015 e 2016

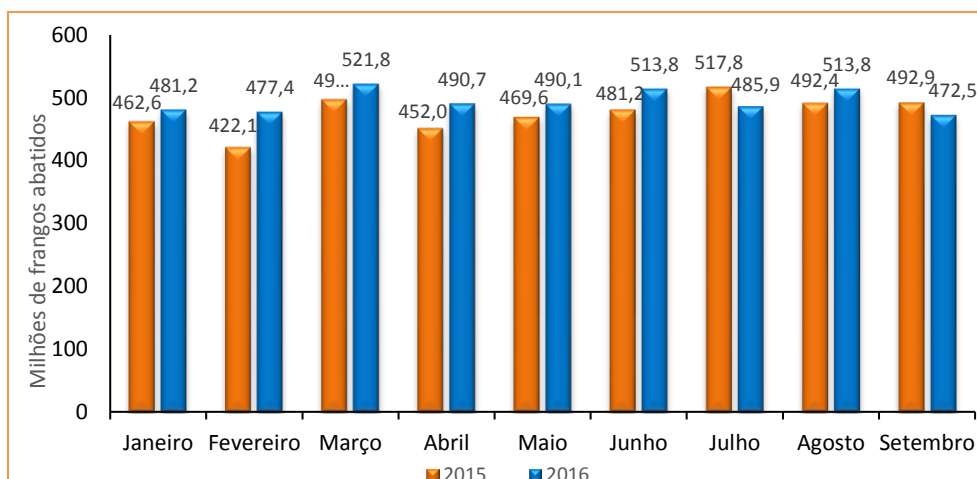
Os principais destinos da carne catarinense foram o Japão, a China e os Países Baixos, que juntos responderam por 38,5% das exportações do Estado. O frango de Santa Catarina foi exportado para o total de 115 países.

Principais destinos das exportações de carne de frango – Santa Catarina – 2015 e 2016

País	2015		2016	
	Valor (US\$)	Quantidade (t)	Valor (US\$)	Quantidade (t)
Japão	300.743.509,00	149.047	265.358.367,00	144.671
China	175.722.126,00	86.229	198.617.528,00	110.545
Países Baixos	230.405.577,00	90.972	191.427.953,00	83.283
Arábia Saudita	172.670.182,00	100.330	144.688.391,00	90.143
Reino Unido	107.366.176,00	39.333	114.938.035,00	43.387
Outros países	804.089.737,00	518.408	789.461.408,00	528.751
TOTAL	1.790.997.307,00	984.318	1.704.491.682,00	1.000.779

Fonte: MDIC.

No final de 2015 estimava-se que a produção brasileira de frangos crescerá entre 3% e 5% em 2016. Contudo, no decorrer do ano diversos fatores levaram à reavaliação das projeções iniciais: o agravamento da crise econômica do País (que afetou a demanda por carnes), os patamares históricos de preço atingidos pelo milho, a desaceleração das exportações no segundo semestre, entre outros. Os dados de abate divulgados trimestralmente pelo IBGE demonstram que no primeiro semestre a produção de frangos vinha mantendo um ritmo bastante elevado. O número de cabeças abatidas no 1º trimestre de 2016 foi 7,09% superior ao mesmo período de 2015. No 2º trimestre os abates superaram em 6,55% o ano anterior. Contudo, no 3º trimestre houve uma queda de 2,05% no número de cabeças abatidas. No somatório dos nove meses (4,45 bilhões de aves) ainda se verifica um aumento de 3,71% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em termos de peso de carcaça, de janeiro a setembro de 2016 foram produzidas 10,04 milhões de toneladas, 2,36% mais que no mesmo período do ano anterior.



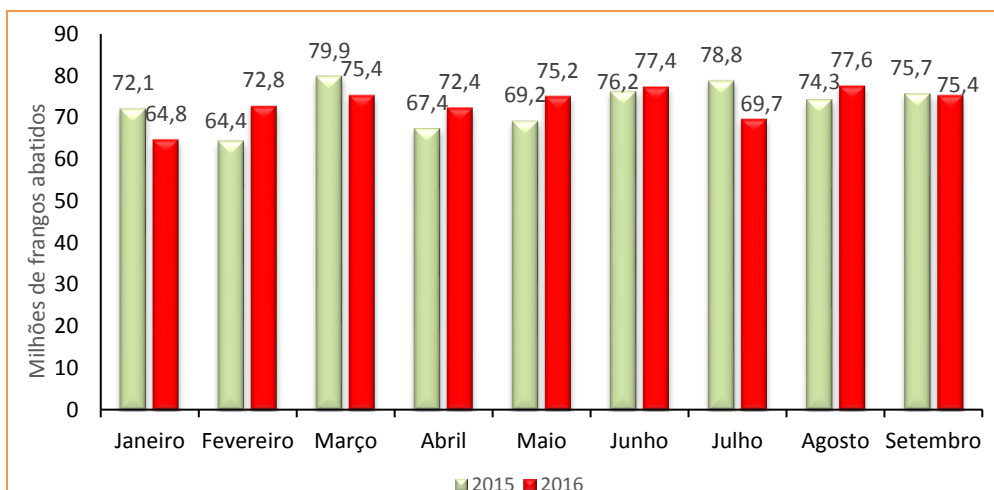
Fonte: IBGE.

Abate de frangos no período de janeiro a setembro de 2015 e 2016 – Brasil

Contudo, segundo estimativa preliminar divulgada pela Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) em meados de dezembro, a produção de carne de frango deverá chegar a 12,9 milhões de toneladas em 2016, montante 1,8% inferior ao que foi produzido no ano anterior (13,1 milhões de toneladas). De acordo com a

entidade, a diminuição na produção e o aumento das exportações devem resultar em menor disponibilidade no mercado interno e, consequentemente, retração no consumo per capita, que deverá ser de 41,1 quilos por habitante (4,9% a menos do que em 2015). Ainda segundo a ABPA, a crise econômica brasileira gerou desemprego e retraiu o consumo, refletindo no setor de proteína animal. Outros fatores que afetaram o setor foram: oscilação do câmbio, escassez de crédito, juros elevados e alta dos insumos. Em Santa Catarina a desaceleração da produção se fez sentir de maneira ainda mais intensa. Já no 1º trimestre o número de aves abatidas foi 1,59% inferior ao mesmo período de 2015. No 2º trimestre houve uma recuperação na produção e os abates superaram em 5,72% o ano anterior. Contudo, o 3º trimestre foi novamente de queda, atingindo -2,64%. No total dos 9 meses foram abatidos 660,8 milhões de frangos, montante apenas 0,41% superior a 2015.

Não obstante os números levemente positivos em termos de quantidade de aves, quando se analisa o peso total das carcaças verifica-se que houve um recuo de 0,45% na produção de janeiro a setembro de 2016, atingindo-se 1,61 milhão de toneladas.



Fonte: IBGE.

Abate de frangos de janeiro a setembro de 2015 e 2016 – Santa Catarina

Apesar das dificuldades vivenciadas em 2016,

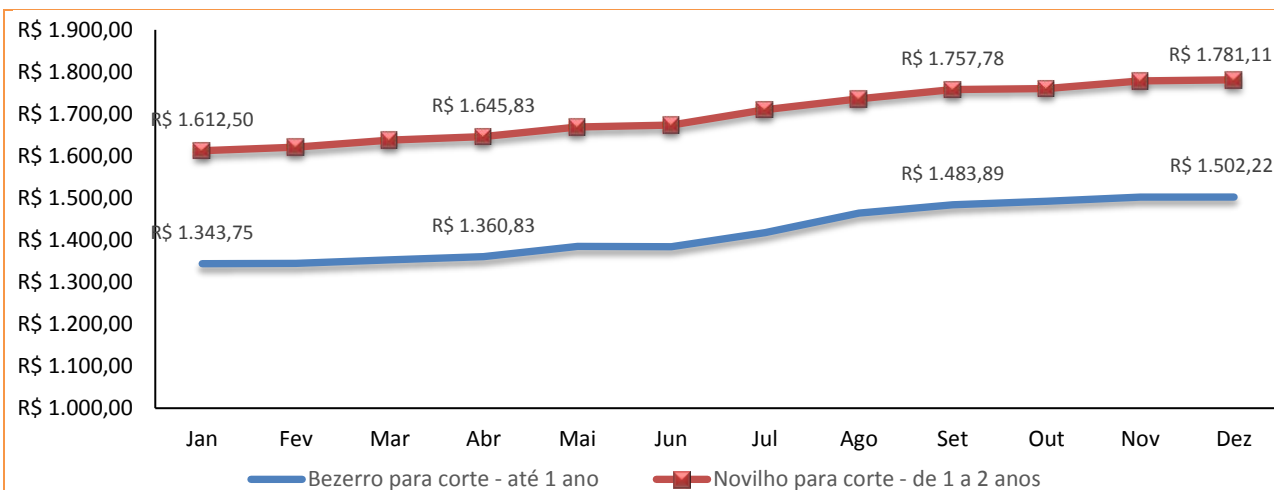
diversos analistas ligados ao setor têm relatado perspectivas positivas para a avicultura em 2017, a começar pela produção de grãos. Conforme o 4º Relatório de acompanhamento da safra brasileira de grãos 2016/2017, publicado em janeiro do corrente ano, a produção de milho (1ª e 2ª safras) está estimada em 84,48 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 26,9% em relação ao período anterior. Até o momento as condições climáticas têm sido favoráveis e corroborado as previsões iniciais. Além disso, a ABPA

prevê que 2017 deverá registrar um aumento de 3% na produção de carne de frango. Recentemente o Rabobank também divulgou relatório apontando perspectivas de crescimento no mesmo patamar. Em outubro o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês) já havia divulgado relatório periódico em que previa um aumento semelhante (3,5%) na produção brasileira de carne de frango. As previsões também são otimistas em relação ao mercado externo. A ABPA estima que as exportações deverão crescer entre 3% e 5% em volume. Contudo, o Rabobank, embora sinalize perspectivas favoráveis, alerta para o fato de que o segmento de carne de frango do Brasil deverá enfrentar este ano maior competição no âmbito das exportações, com a esperada retomada do acesso dos Estados Unidos ao mercado chinês após um embargo relacionado a casos de gripe aviária. Ainda em relação à gripe aviária, a Associação Catarinense de Avicultura (Acav) ressalta que, se por um lado os surtos ocorridos em diversos países nos últimos anos são drásticos para quem é atingido, por outro podem favorecer aqueles que estão livres – destacou em recente entrevista o presidente da entidade. Contudo, a Acav ressalta a necessidade de o País adotar todas as medidas de controle necessárias para evitar a entrada do vírus, uma vez que um surto poderia ter consequências devastadoras, em especial para estados que têm na produção de frangos uma das bases de sua economia, como é o caso de Santa Catarina. Quanto ao mercado interno, análises elaboradas por algumas instituições avaliam que o consumo deve mostrar sinais de recuperação a partir do segundo semestre, como consequência de um esperado crescimento no PIB. Contudo, embora a estimativa do Banco Central, divulgada em novembro do ano passado, seja de um crescimento na ordem de 1%, projeções mais recentes do Banco Mundial apontam que a economia brasileira deverá crescer 0,5% em 2017. Em relatório divulgado em meados de janeiro, o FMI foi ainda menos otimista ao estimar um crescimento de apenas 0,2%. Em se confirmando um cenário de quase estagnação no crescimento do PIB, bem como de aumento na taxa de desemprego, o consumo interno de proteínas de origem animal deve se manter enfraquecido.

Bovinocultura

Alexandre Luís Giehl
Engenheiro-agrônomo – Epagri/Cepa
alexandre giehl@epagri.sc.gov.br

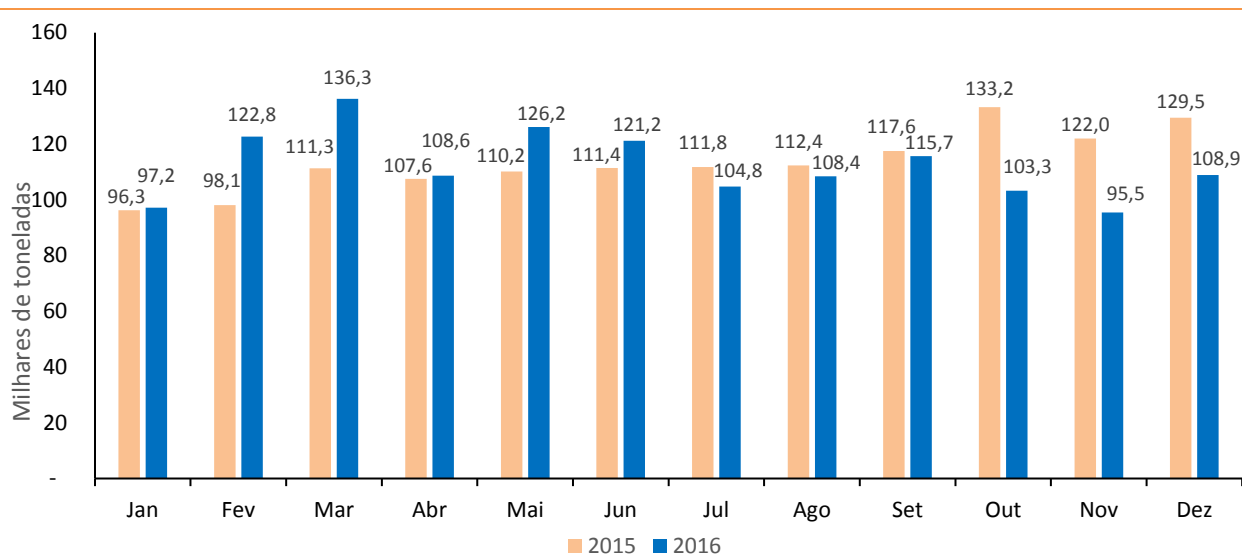
Apesar das dificuldades enfrentadas pelo mercado do boi gordo, os preços dos animais de reposição em Santa Catarina continuaram firmes ao longo de todo o ano de 2016. Entre janeiro e dezembro o preço do bezerro de até 1 ano variou 11,79%. O novilho de 1 a 2 anos, por sua vez, apresentou reajuste de 10,46% no mesmo período. Já o preço médio estadual da arroba do boi gordo sofreu variação de apenas 4,35%.



Fonte: Epagri/Cepa.

Evolução dos preços de bezerro e novilho para corte em SC – Preço médio estadual – 2016

Comportamento semelhante nos preços dos animais de reposição também foi observado em diversos outros estados. Tal situação decorre principalmente das condições climáticas favoráveis, em especial ao longo do segundo semestre, que indicavam naquele momento uma boa oferta de pastagens nos meses seguintes. Com isso, motivaram-se os pecuaristas a repor seus rebanhos. Contudo, as perspectivas pouco otimistas em relação à economia brasileira limitaram um crescimento ainda maior da demanda. Diante das restrições no consumo doméstico, uma das alternativas encontradas para escoar os estoques foi o mercado externo. Nesse sentido, o primeiro semestre de 2016 mostrou-se bastante favorável, com as exportações superando o montante comercializado no mesmo período do ano anterior em 12,18%. Contudo, a partir do início do segundo semestre observou-se uma perda de fôlego no ritmo das exportações, que passaram a apresentar volumes menores que os mesmos meses do ano anterior. Esse cenário tem relação com a valorização do real frente ao dólar, processo que se intensificou no final do primeiro semestre. A taxa de câmbio, que chegou a atingir picos de R\$4,17/dólar no início de 2016, não ultrapassou os R\$3,47/dólar no segundo semestre, ficando bastante abaixo disso em grande parte do período. Conforme demonstram os dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), ao longo de 2016 o Brasil exportou 1,39 milhão de toneladas de carne bovina, o que representa redução de 0,92% em relação ao ano anterior. Apesar da queda ser pequena, ela contrasta com as perspectivas de crescimento do início do ano e com a tendência de alta do primeiro semestre.



Fonte: MDIC.

Exportações de carne bovina – Brasil – 2015 e 2016

Em relação às receitas, o cenário foi ainda mais negativo. Ao longo do ano passado o País exportou US\$5,34 bilhões em carne bovina, valor que representa uma queda de 7,88% em relação a 2015. Nesse caso também havia a expectativa de forte crescimento no faturamento das empresas exportadoras. Para que se tenha uma ideia, no final de 2015 a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec) chegou a prever faturamento recorde para as exportações de carne bovina em 2016, que poderia chegar a US\$ 7,5 bilhões. A entidade tinha expectativa de que os mercados de Taiwan, México e Indonésia fossem abertos para a carne bovina brasileira em 2016, o que acabou não ocorrendo e agora é esperado para 2017. Além disso, reduções nas compras efetuadas pela Rússia, Venezuela, Irã e Egito também resultaram num desempenho abaixo do esperado nesse ano. Não obstante a perda de posições no *ranking*, os países acima continuam figurando dentre os dez principais destinos da carne brasileira, com exceção da Venezuela, que caiu de 4º para 11º. Hong Kong continua sendo o principal destino; e a China passou a ocupar a 2ª posição. Somados, Hong Kong e China foram responsáveis por 33,36% das exportações de carne bovina brasileira no ano passado.

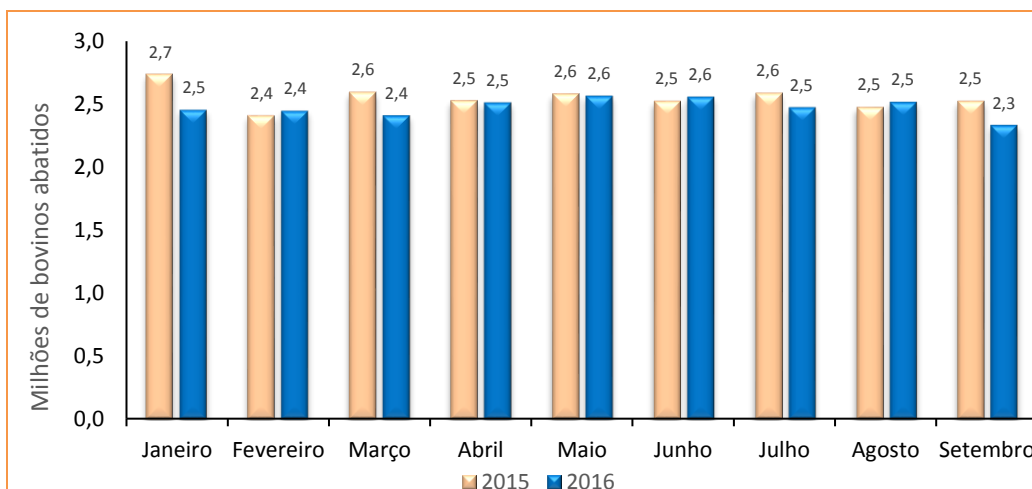
Principais destinos das exportações de carne bovina – Brasil – 2015 e 2016.

País	2015		2016	
	Valor (US\$)	Quantidade (ton)	Valor (US\$)	Quantidade (ton)
Hong Kong	975.461.333,00	263.842	1.006.335.385,00	285.096
China	476.596.836,00	97.535	703.069.555,00	164.872
Egito	661.250.642,00	195.933	551.207.062,00	176.845
Rússia	579.034.368,00	179.176	408.138.469,00	138.784
Irã	382.752.114,00	97.792	374.310.252,00	96.190
Chile	260.454.007,00	54.894	300.702.269,00	71.013
Estados Unidos	285.200.183,00	30.718	283.692.616,00	33.180
Itália	229.600.330,00	33.838	188.733.835,00	30.079
Países Baixos	159.202.639,00	20.476	176.092.200,00	22.417
Reino Unido	153.021.054,00	29.076	138.681.363,00	30.546
Venezuela	537.735.746,00	93.905	130.794.103,00	22.508
Outros países	5.632.527.199,00	358.116	1.207.548.591,00	299.848
TOTAL	5.795.100.705,00	1.361.395	5.338.511.597,00	1.348.870

Fonte: MDIC.

Além do mercado externo, o ano de 2016 também não foi muito favorável em termos de produção. Conforme demonstram os dados trimestrais de abate divulgados pelo IBGE, de janeiro a setembro (os dados do último trimestre ainda não estão disponíveis) foram abatidos no País 22,25 milhões de bovinos, o que representa uma queda de 3,08% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Esse cenário é decorrente de diversos fatores, dentre os quais podemos destacar: problemas climáticos no início de 2016 em algumas importantes regiões produtoras (em especial no Centro Oeste), o que afetou a disponibilidade de pastagens;



Fonte: IBGE.

Abate de bovinos no período de janeiro a setembro de 2015 e 2016 – Brasil

elevação no preço do milho, o que encareceu e desestimulou o confinamento (a Associação Nacional de Confinadores – Assocon estima uma queda de 18% no número de animais confinados, em comparação com 2015); situação econômica do País e incertezas quanto aos próximos anos, o que fez muitos pecuaristas optarem por correrem menos riscos. Em outubro do ano passado a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em inglês) já estimava uma queda de 1,5% na produção de carne bovina do Brasil. Contudo, é possível que os números finais sejam mais negativos.

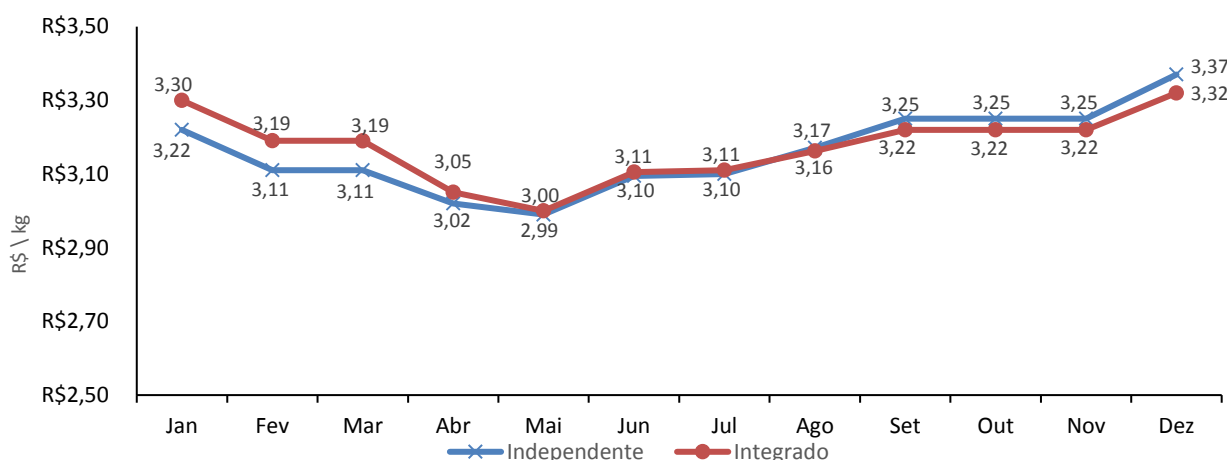
Em Santa Catarina observou-se uma queda ainda mais expressiva no número de animais abatidos nos primeiros 9 meses de 2016 em relação ao ano anterior. Segundo o IBGE, de janeiro a setembro foram abatidos no Estado cerca de 289 mil bovinos, uma queda de 9,88% em relação ao mesmo período do ano anterior. Apesar do cenário de dificuldades em 2016, diversas entidades ligadas ao setor manifestaram seu otimismo em relação a 2017. É o caso, por exemplo, do Rabobank, que estima que as exportações brasileiras de carne bovina possam crescer até 5% neste ano, principalmente em decorrência do aumento da oferta (estimada em 3%) e da desvalorização do real frente ao dólar. Em relação ao consumo interno, o Rabobank prevê melhorias a partir do segundo semestre, como resultado da perspectiva de retomada da economia. A Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo) também destacou seu otimismo em relação às exportações do setor em 2017: “pela entrada mais forte em novos mercados, o retorno de antigos clientes e uma ação mais agressiva das empresas brasileiras, uma vez que o dólar ainda está em patamar de boa remuneração para os exportadores”, informou a entidade em nota à imprensa. Embora também expresse otimismo quanto ao crescimento da demanda por carne bovina no documento Balanço 2016 e Perspectivas 2017, a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) ressalta que em 2017 as cotações do boi gordo deverão ficar abaixo dos patamares do ano passado, já que deve ocorrer aumento na oferta de animais (a retenção de fêmeas observada nos últimos anos é um indicativo de possível aumento no próximo período). A entidade aponta ainda a recente abertura do mercado estadunidense como um fator favorável, que poderá contribuir com a abertura de novos mercados neste ano, já que diversos países têm os Estados Unidos como referência em termos de legislação sanitária. Os problemas climáticos registrados na Austrália nos últimos três anos também se constitui em fator que favorece as exportações brasileiras, uma vez que comprometeram a produção daquele país (tradicionalmente um grande fornecedor de Hong Kong e da China continental). Embora as condições climáticas tenham melhorado no final de 2016, certamente demorará alguns anos para que a Austrália recupere sua participação no mercado internacional.

Em relatório publicado em outubro do ano passado, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês) estimava que em 2017 o Brasil teria um crescimento de 2% na produção de carne bovina e de 5,4% nas exportações. Contrastando com o otimismo supramencionado, o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) da Esalq/USP alerta para o fato de que, embora a oferta de bois para abate tenda a aumentar em 2017, o consumo doméstico poderá continuar reprimido por mais um ano enquanto a economia brasileira se recupera lentamente. Pesquisadores da instituição destacam que o poder de compra do consumidor tende a continuar enfraquecido em decorrência da economia fraca, em especial no primeiro semestre, e ressaltam ainda que a estimativa de crescimento do PIB é de apenas 0,5% neste ano, segundo estimativa do Banco Mundial (em meados de janeiro o FMI divulgou relatório em que estima o PIB brasileiro em 0,2% em 2017). Assim, com o consumo ainda reprimido e o aumento da oferta de animais para abate, é possível que haja pressão de baixa nos valores da carne, com queda real nos preços em todos os elos da cadeia. Considerando-se que o mercado interno é tradicionalmente responsável pela absorção de praticamente 80% da produção de carne bovina, é essencialmente o comportamento desse segmento que irá definir os rumos do setor em 2017.

Suinocultura

Alexandre Luís Giehl
Engenheiro-agrônomo – Epagri/Cepa
alexandrejiehl@epagri.sc.gov.br

Os preços do suíno vivo ao produtor apresentaram comportamentos distintos ao longo do ano passado em Chapecó, principal praça de Santa Catarina. Durante o primeiro semestre observou-se um movimento predominante de queda, tanto para produtores integrados quanto para os independentes. A partir de junho o movimento se inverteu e passou a ocorrer uma gradativa recuperação que perdurou até setembro, quando os preços se estagnaram. Somente em dezembro observou-se nova variação, que fez com que se atingissem os maiores preços do ano.

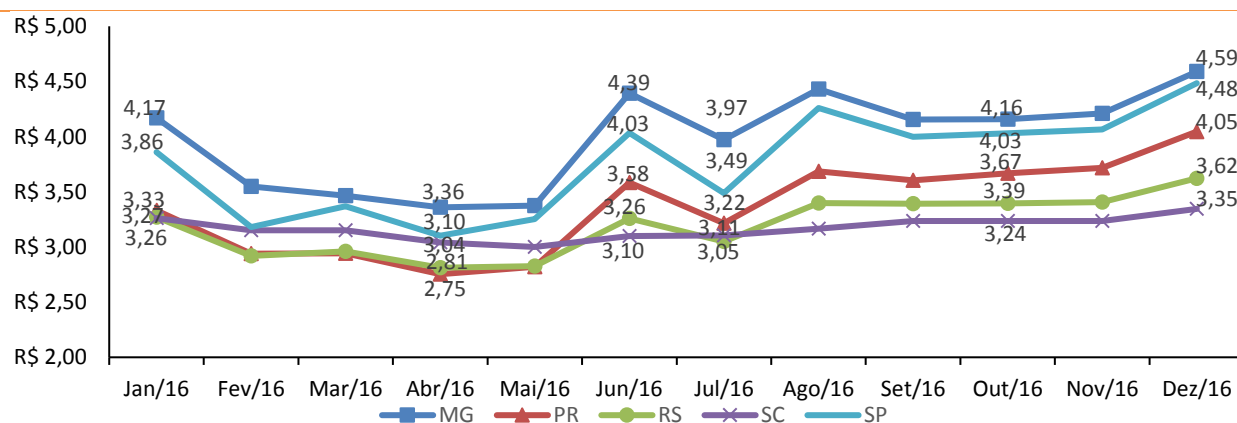


Fonte: Epagri/Cepa.

Suíno vivo – Preço médio mensal para produtor independente e integrado na praça de Chapecó, SC – 2016

Apesar da recuperação no início do segundo semestre e no final do ano, os preços de dezembro encontram-se somente 4,66% e 0,61% acima dos praticados em janeiro de 2016 para produtores independentes e integrados, respectivamente. Além disso, ambos os casos estão abaixo dos valores de dezembro de 2015 (-3,99% para independentes e -3,49% para integrados).

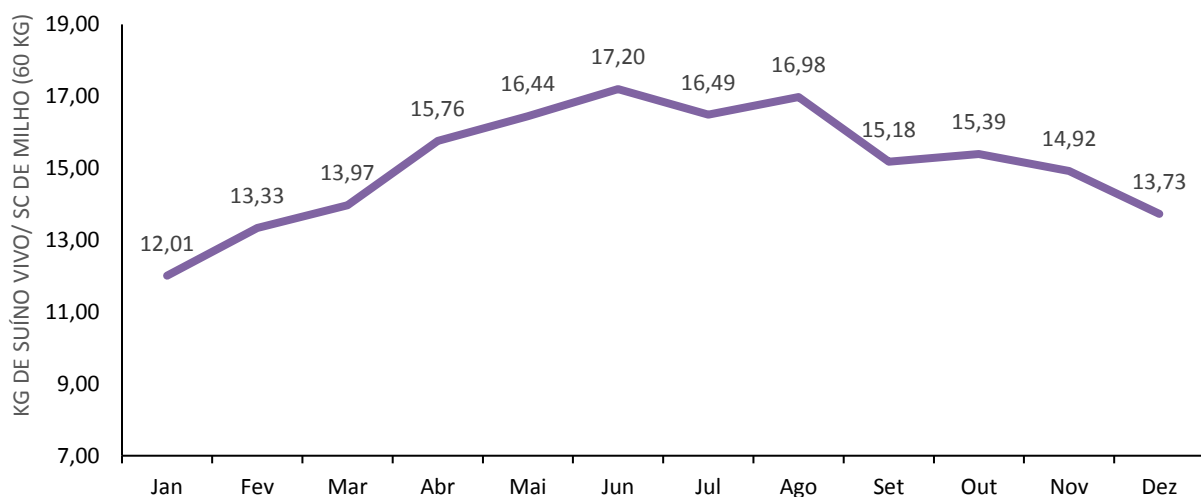
Ao observar o comportamento dos preços em outros importantes estados produtores de suínos, verifica-se um padrão semelhante àquele relatado anteriormente.



Fonte: Cepea (MG, PR, RS e SP) e Epagri/Cepa (SC).

Suíno vivo – Evolução do preço pago nos principais estados produtores – 2016

Até maio ocorreram predominantemente movimentos de queda, seguidos por uma breve recuperação (marcada por oscilações intermediárias) e posterior estabilização. Em todos os casos, dezembro foi um mês de variações positivas. O resultado mais expressivo dentre os estados analisados foi registrado no Paraná, onde os preços de dezembro são 21,49% superiores aos de janeiro de 2016. São Paulo também obteve variação significativa, com uma elevação de 16,17% nos preços de dezembro em relação a janeiro. Situações intermediárias foram observadas no Rio Grande do Sul e Minas Gerais, que obtiveram variações de 10,78% e 10,05%, respectivamente. A menor variação foi registrada em Santa Catarina, com 2,61% (média entre o preço ao produtor independente e integrado, na praça de Chapecó). Em função do comportamento dos preços pagos ao produtor e, principalmente, em razão da grande valorização do milho, a relação de troca insumo/produto apresentou dois movimentos predominantes ao longo do ano de 2016. O primeiro semestre é caracterizado pelo crescimento desse índice, em decorrência tanto dos aumentos no preço do milho quanto das quedas no valor do suíno vivo. No segundo semestre há uma recuperação dos preços dos suínos, acompanhada pelo recuo do milho, o que faz com que a relação de troca apresente movimento de queda. Apesar dessa redução, em dezembro de 2016 era necessária uma quantidade 14,34% maior de suíno vivo para comprar uma saca de 60kg de milho, na comparação com janeiro do mesmo ano. Quando se leva em consideração o mês de dezembro do ano anterior, a diferença sobe para 44,24%.



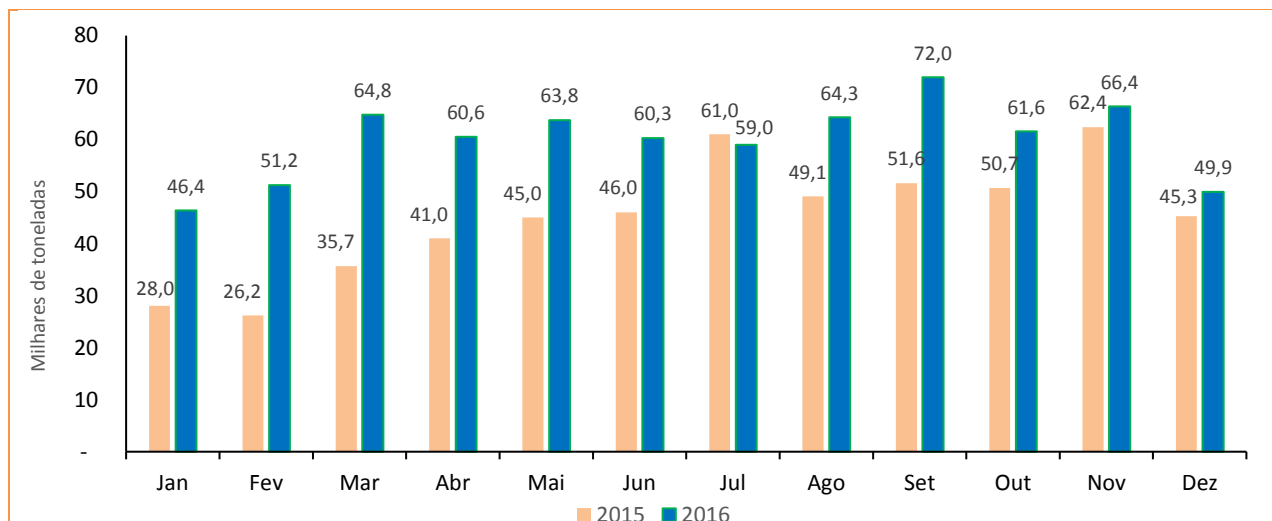
Para o cálculo da relação de troca insumo/produto, utiliza-se a média entre o preço para o produtor independente e produtor integrado do suíno vivo. Já para o milho, leva-se em consideração o preço de atacado do produto. Ambos os produtos têm como referência os preços da praça de Chapecó/SC.

Fonte: Epagri/Cepa.

Quantidade necessária de suíno vivo para adquirir um saco de milho (60kg) – Praça de Chapecó, SC – 2016

Apesar das quedas durante os últimos meses do ano, o preço do milho ainda estava significativamente acima daquele praticado no mesmo período de 2015. Em dezembro de 2016 a saca de milho no atacado registrou cotação média de R\$45,93 na praça de Chapecó, valor 38,85% superior ao de dezembro do ano anterior. Mas ressalta-se que o grão chegou a atingir R\$53,77 em agosto, período de maior alta. Tal situação foi decorrente principalmente de condições climáticas adversas no Centro Oeste, principal região produtora, que resultaram numa redução de 20,9% na safra 2015/2016 em relação à anterior. Além disso, no final de 2015 e início de 2016 registrou-se um aumento nas exportações brasileiras de milho, em função do câmbio favorável, o que reduziu a disponibilidade do produto no mercado nacional. Os aumentos no preço do milho provocaram uma elevação significativa nos custos de produção dos suínos, uma vez que a alimentação responde por cerca de 77% das despesas, sendo o milho o principal componente da ração. O ano de 2016 foi também marcado pelo agravamento da crise econômica, o que resultou num menor consumo de proteínas de origem animal. Tal

cenário limitou o repasse ao consumidor da totalidade do aumento nos custos, ocasionando dificuldades para o setor, em especial para os produtores independentes. De acordo com a Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS), mesmo após o milho ter arrefecido seu movimento de alta no final do ano passado, algumas indústrias do setor ainda estão trabalhando com margens negativas, o que se espera que seja revertido em 2017. Com um cenário interno ruim, o setor apostou nas exportações. De fato, a suinocultura registrou números fortemente positivos em 2016, com um incremento de 32,83% em relação ao ano anterior, atingindo o recorde de 720,1 mil toneladas exportadas.



Fonte: MDIC.

Exportações de carne suína – Brasil – 2015 e 2016

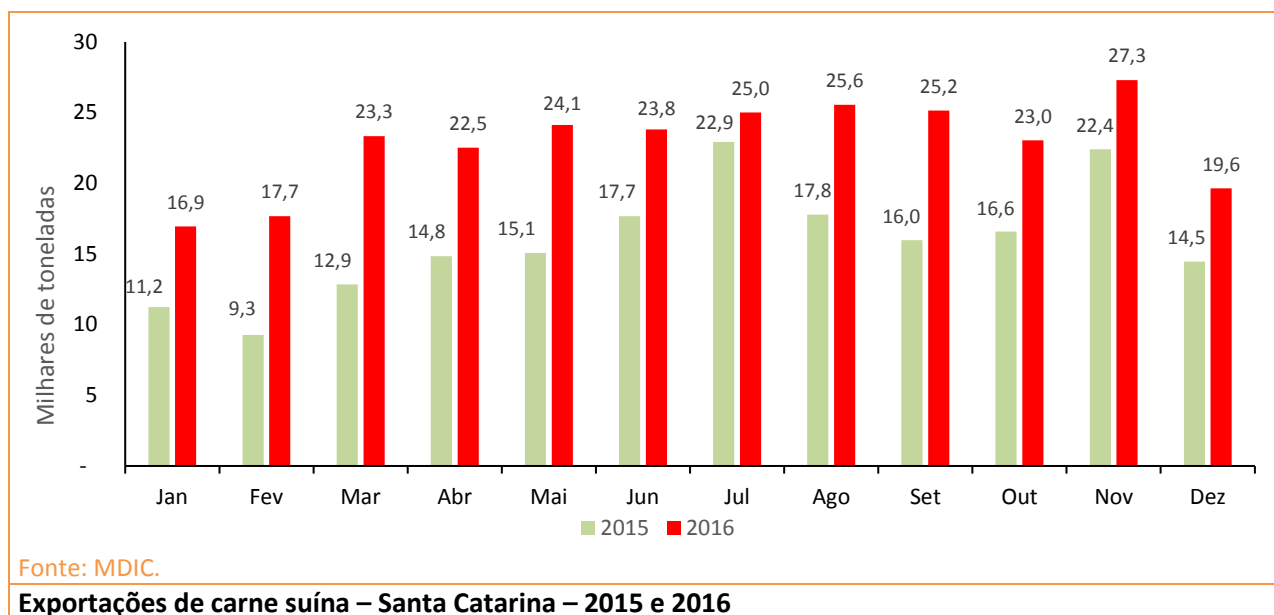
Em outubro do ano passado a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em inglês) estimava que as exportações brasileiras de carne suína cresceriam cerca de 25%. Contudo, o resultado final acabou sendo mais positivo que aquele estimado pela FAO. Em termos de receitas, embora um pouco menos expressivos, os números também são favoráveis. De janeiro a dezembro o País exportou US\$1,47 bilhão, 16,27% a mais que no ano anterior. Os principais destinos da carne suína brasileira em 2016 foram Rússia, Hong Kong e China, que juntos foram responsáveis por mais de 69% das receitas com esse produto.

Principais destinos das exportações de carne suína – Brasil – 2015 e 2016

País	2015		2016	
	Valor (US\$)	Quantidade (t)	Valor (US\$)	Quantidade (t)
Rússia	649.770.685,00	243.651	519.729.578,00	245.023
Hong Kong	238.226.783,00	123.733	307.505.336,00	164.144
China	9.823.074,00	5.225	189.574.356,00	87.856
Cingapura	63.867.246,00	28.080	71.802.058,00	32.681
Argentina	32.684.251,00	10.912	67.868.605,00	25.278
Uruguai	54.376.830,00	22.507	62.900.484,00	28.981
Chile	20.199.555,00	8.274	51.488.955,00	23.198
Venezuela	48.015.719,00	9.949	41.330.145,00	8.518
Angola	50.153.788,00	35.570	39.732.945,00	29.745
Emirados Árabes	13.331.094,00	5.656	18.701.580,00	8.131
Outros países	83.443.836,00	48.572	98.905.142,00	66.548
TOTAL	1.263.892.861,00	542.129	1.469.539.184,00	720.104

Fonte: MDIC.

Chama a atenção o aumento da participação da China, que de um ano para outro ampliou em mais de 19 vezes suas importações de carne suína brasileira, passando da 11ª para a 3ª colocação no *ranking*. Já a Rússia, embora tenha reduzido em 20% a compra de carne suína do Brasil, mantém-se como principal destino (35,37% das receitas de 2016). Ressalta-se que a China, que em 2015 tornou-se o principal importador de carne suína do mundo, em 2016 aumentou suas importações e ampliou a distância em relação ao segundo colocado, o Japão. Em 2016 Santa Catarina exportou 274,1 mil toneladas de carne suína, sendo responsável por 38,06% do total do País. Esse montante representa um incremento de 43,47% em relação a 2015. Em termos de receitas, as exportações catarinenses cresceram 26,11% no ano passado, atingindo o montante de US\$555,2 milhões.



Os principais destinos da carne suína de Santa Catarina foram Rússia, China e Hong Kong, que juntos responderam por 67,2% das exportações do Estado. Mais uma vez chama a atenção a ampliação da participação da China, que passou da 11ª posição em 2015 para a 2ª em 2016.

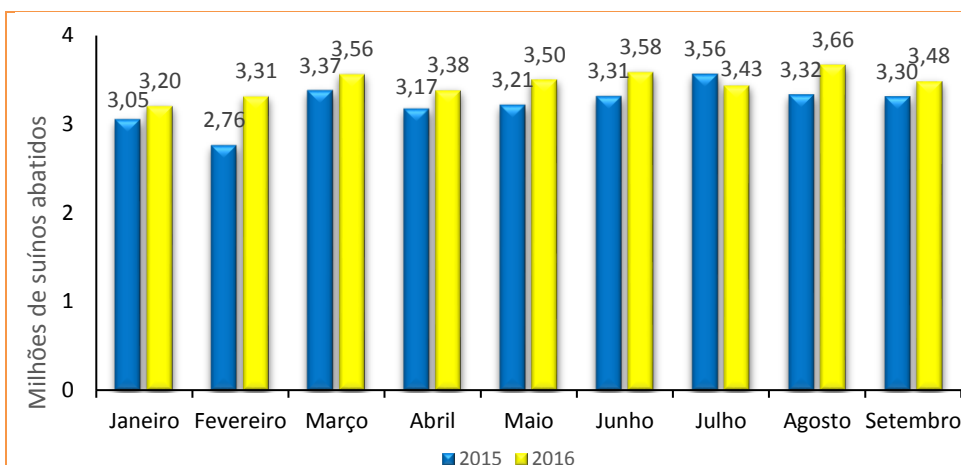
Principais destinos das exportações de carne suína – Santa Catarina – 2015 e 2016				
País	2015		2016	
	Valor (US\$)	Quantidade (t)	Valor (US\$)	Quantidade (t)
Rússia	223.344.002,00	86.803	181.292.106,00	89.517
China	6.219.875,00	3.580	134.919.209,00	63.779
Hong Kong	56.000.504,00	30.735	57.373.793,00	33.561
Chile	19.692.970,00	8.162	51.007.134,00	23.079
Argentina	15.552.165,00	4.435	25.404.154,00	9.011
Outros países	119.459.254,00	57.311	105.231.595,00	55.125
TOTAL	440.268.770,00	191.026	555.227.991,00	274.072

Fonte: MDIC.

Depois de um crescimento de 4,9% na produção de carne suína em 2015, as previsões iniciais de 2016 apontavam uma expectativa de 2% a 3% de aumento. Apesar das dificuldades observadas no mercado interno ao longo do ano, os dados trimestrais de abate divulgados pelo IBGE demonstram que no período de janeiro a setembro o número de suínos abatidos no Brasil aumentou 7,04% em relação ao mesmo período do ano anterior. Contudo, ao desagregar os dados observa-se que no 1º e 2º trimestres os abates foram

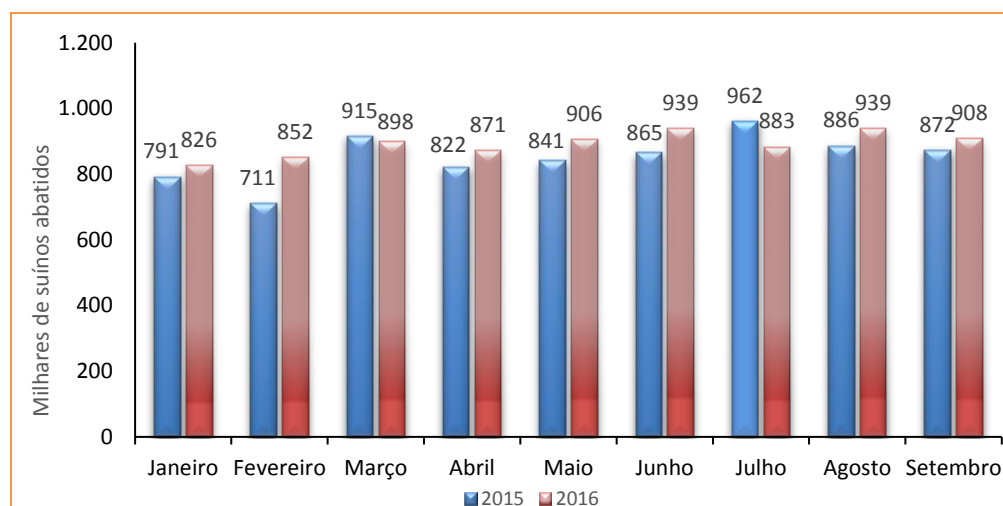
consideravelmente superiores ao observado no ano anterior (9,64% e 7,96%, respectivamente). Já no 3º trimestre houve uma desaceleração no ritmo, registrando-se um aumento de 3,82%. No somatório dos nove meses foram abatidos 31,09 milhões de suínos.

No que diz respeito ao peso de carcaça, de janeiro a setembro de 2016 foram produzidas 2,73 milhões de toneladas, 7,01% mais que no mesmo período do ano anterior. Mas, de acordo com a estimativa preliminar da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), divulgada em meados de dezembro, a produção de carne suína em 2016 deve chegar a 3,7 milhões de toneladas, um aumento de 2,4% na comparação com o que foi produzido no ano anterior. De acordo com a entidade, o aumento das exportações, já citado anteriormente, deve resultar em menor disponibilidade no mercado interno e, consequentemente, retração no consumo *per capita*, que deve ser de 14,4 quilos por habitante (4,9% a menos do que em 2015). Ainda segundo a ABPA, a crise econômica, que gerou desemprego e retraiu o consumo, teve reflexos no setor de proteína animal. Outros fatores que afetaram o setor foram a oscilação do câmbio, a escassez de crédito, os juros elevados e a alta dos insumos. De forma semelhante ao cenário nacional, em Santa Catarina observou-se um primeiro semestre com ritmo intenso de abates e uma desaceleração no início do segundo semestre.



Fonte: IBGE

Abate de suínos no período de janeiro a setembro de 2015 e 2016 – Brasil



Fonte: IBGE

Abate de suínos no período de janeiro a setembro de 2015 e 2016 – Santa Catarina

Conforme demonstram os dados do IBGE, no 1º e 2º trimestre houve um aumento de 6,58% e 7,49% nos abates em relação aos mesmos períodos do ano anterior. No 3º trimestre, embora também tenham sido registrados números positivos, a diferença foi de apenas 0,42%. No total dos 9 meses foram abatidos 8,02 milhões de suínos no

Estado. Quanto à produção de carne, os dados do IBGE demonstram que de janeiro a setembro foram produzidas em Santa Catarina 729 mil toneladas (peso total de carcaça), um aumento de 6,64% em relação ao ano anterior. Apesar da retração no consumo de carnes, um dos principais problemas enfrentados em 2016 pelo setor suinícola foi o aumento nos custos de produção, principalmente em decorrência dos recordes

de preço atingidos pelo milho. Nesse sentido, o ano de 2017 começa com perspectivas mais animadoras. De acordo com o 4º Relatório de acompanhamento da safra brasileira de grãos 2016/2017, publicado pela Conab em janeiro, a produção de milho (1ª e 2ª safra) está estimada em 84,48 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 26,9% em relação ao período anterior. Até o momento as condições climáticas têm sido favoráveis, corroborando as previsões iniciais. Em relação à produção de carne suína, a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) estima que 2017 deverá registrar um aumento de 2%. Os analistas do Rabobank são um pouco mais otimistas e esperam um crescimento de 3%, percentual próximo àquele projetado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês), que é de 3,1%. Quanto ao mercado externo, todas as expectativas apontam para mais um ano favorável em 2017. A ABPA estima um crescimento de cerca de 5% nas exportações. O aumento da oferta de carne e a manutenção de taxas de câmbio favoráveis (com o real desvalorizado frente ao dólar) deverão colaborar para que as exportações mantenha-se em alta. A abertura de novos mercados e, em especial, a efetivação de vendas para a Coreia do Sul, também deverão desempenhar papel fundamental nesse processo. A ABPA aposta ainda num possível “efeito Trump”, decorrente da reação de países potencialmente prejudicados por medidas protecionistas do novo presidente dos Estados Unidos, o que poderia viabilizar a abertura do mercado mexicano para os embarques de produtos suínos brasileiros. Além disso, segundo o Rabobank as vendas para China devem continuar crescendo, constituindo um dos motores da ampliação das exportações. Por fim, em relação ao mercado interno, diversos analistas acreditam que o consumo deve mostrar sinais de recuperação a partir do segundo semestre, como consequência de um esperado crescimento no PIB. A estimativa do Banco Central, divulgada em novembro do ano passado, é de um crescimento na ordem de 1%. No entanto, projeções mais recentes do Banco Mundial indicam que a economia brasileira deverá crescer 0,5% em 2017. O Fundo Monetário Internacional (FMI) foi ainda menos otimista e, em relatório divulgado em meados de janeiro, estima um crescimento de apenas 0,2% neste ano. Caso se confirme esse cenário de quase estagnação do PIB, somado à ampliação na taxa de desemprego prevista para este ano pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), o consumo de carnes deve se manter enfraquecido, prejudicando parte das projeções anteriores.

Leite

Tabajara Marcondes
Engenheiro-agrônomo, M.Sc. – Epagri/Cepa
tabajara@epagri.sc.gov.br

O cenário está longe de sinalizar um ano de 2017 favorável à economia brasileira. Depois de um sensível decréscimo do Produto Interno Bruto (PIB) em 2016 (estimado em cerca de -4%), não se espera que aja algum crescimento digno de destaque (as projeções são de no máximo 0,5%), se é que não haverá novo decréscimo do PIB em 2017. Relacionado a uma atividade econômica fraca há também aumento na taxa de desemprego, redução da renda dos assalariados, aumento da informalidade nas relações de trabalho, piora no quadro geral de distribuição da riqueza nacional, entre outros aspectos que influenciam direta e negativamente no comportamento do mercado interno em geral e de alimentos em particular, o que tem ficado evidenciado pelos decréscimos de preços de vários produtos da agropecuária brasileira. Portanto, se parte dos decréscimos de preços dos alimentos é influenciada por crescimentos de oferta, não se pode deixar de levar em conta também o peso da redução da demanda.

Leite - Quantidade adquirida pelas indústrias inspecionadas – 2014 a 2016

UF	(Bilhão de litros)					Variação (%)		
	Anual		Janeiro a setembro			2014-15	Janeiro a setembro	
	2014	2015	2014	2015	2016		2014-15	2015-16
MG	6,590	6,442	4,878	4,740	4,473	-2,2	-2,8	-5,6
RS	3,431	3,488	2,580	2,594	2,400	1,7	0,6	-7,5
PR	2,972	2,838	2,176	2,105	2,000	-4,5	-3,3	-5,0
SP	2,525	2,607	1,861	1,891	1,862	3,3	1,7	-1,5
SC	2,340	2,348	1,680	1,737	1,797	0,4	3,4	3,4
GO	2,685	2,450	1,951	1,801	1,644	-8,8	-7,7	-8,7
RO	0,760	0,699	0,546	0,507	0,495	-8,0	-7,1	-2,5
MT	0,512	0,540	0,382	0,386	0,404	5,5	1,2	4,7
RJ	0,618	0,548	0,452	0,400	0,379	-11,3	-11,5	-5,2
BA	0,364	0,332	0,279	0,259	0,224	-8,6	-7,2	-13,5
Subtotal	22,795	22,294	16,785	16,421	15,679	-2,2	-2,2	-4,5
Outras UF	1,952	1,767	1,429	1,351	1,226	-9,4	-5,5	-9,3
Brasil	24,747	24,061	18,214	17,772	16,904	-2,8	-2,4	-4,9

Os dados referentes a 2016 são preliminares.

Fonte: IBGE - Pesquisa Trimestral do Leite.

Assim, no caso dos lácteos, muito sensíveis aos níveis de renda dos consumidores (no caso do Brasil, existe relação quase direta entre renda e consumo), parece estar mais ou menos evidente que, em 2017, os preços médios dos lácteos e aos produtores só repetirão os patamares de 2016 no caso de um ajustado quadro de oferta e demanda. Nesse sentido, os dados da Pesquisa Trimestral do Leite (IBGE) relativos ao terceiro trimestre de 2016 (divulgados em dezembro passado) não deixam dúvidas de em que 2016 se repetiu o que, ao longo de décadas, ocorrera pela primeira vez em 2015: decréscimo na produção nacional destinada às indústrias inspecionadas. Isso porque de janeiro a setembro de 2016 a produção nacional destinada às indústrias inspecionadas foi 4,9% inferior à de igual período em 2015, com indicações de que não houve mudança desse quadro de queda no último trimestre. Destaca-se que de 2014 para 2015 a produção nacional destinada às indústrias inspecionadas já tinha sofrido um decréscimo de 2,8%. Embora os dados referentes a 2016 sejam parciais (até setembro) e preliminares, a expectativa é de que os números definitivos não sejam muito diferentes desses, que indicam que de 2014 para 2016 a produção nacional inspecionada decresceu quase 8,0%. Essa redução de oferta foi a principal razão da trajetória de aumento de preços aos produtores, que no caso de Santa Catarina ficou mais evidente a partir do final de 2015, só passando a ser revertida a partir do preço recebido em setembro de 2016. Como o decréscimo ocorreu de maneira rápida e acentuada,

houve muita reclamação por parte de produtores. Mas as comparações entre os valores deixam claro que mesmo com essa redução mais ao final do ano, na maioria dos meses de 2016 os preços estiveram acima dos patamares dos mesmos meses dos anos anteriores, mesmo descontado o efeito inflacionário. Isso obviamente não significou aumento de rentabilidade, já que esta está estreitamente relacionada aos sistemas de produção leiteira, que são muito diversificados tanto no País quanto no Estado.

Leite - Preço médio mais comum aos produtores catarinenses, no período de pagamento

Mês	R\$/l posto na propriedade					
	Nominal			Corrigido pelo IGP-DI de 12/2016		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016
Janeiro	0,85	0,75	0,91	1,04	0,88	0,96
Fevereiro	0,83	0,73	0,95	1,01	0,85	1,00
Março	0,85	0,76	1,02	1,01	0,88	1,06
Abril	0,91	0,80	1,07	1,09	0,92	1,12
Maió	0,94	0,87	1,11	1,13	1,00	1,14
Junho	0,93	0,89	1,19	1,12	1,01	1,20
Julho	0,93	0,91	1,29	1,13	1,03	1,31
Agosto	0,93	0,93	1,52	1,12	1,04	1,54
Setembro	0,90	0,92	1,41	1,09	1,02	1,43
Outubro	0,84	0,90	1,24	1,02	0,98	1,25
Novembro	0,81	0,87	1,10	0,96	0,94	1,11
Dezembro	0,77	0,89	1,08	0,91	0,95	1,08
Média anual	0,87	0,85	1,16	1,05	0,96	1,18

Fonte: Epagri/Cepa.

Considerando-se que apenas uma menor oferta justificaria a elevação nos preços aos produtores, não é improvável que esse já seja o caso deste mês de janeiro. Embora neste mês a Epagri/Cepa não esteja fazendo levantamento de preços aos produtores catarinenses, as informações parciais de algumas regiões dão conta de que os preços recebidos pelos produtores são superiores aos do mês de dezembro passado. Ainda que em muitos casos os aumentos sejam discretos, o mais provável é que decorram de uma produção menor que a esperada para o momento atual, senão em Santa Catarina, pelo menos em outras regiões brasileiras. Ainda relacionado à oferta, outro aspecto que pode dar alguma sustentação aos preços internos é uma eventual redução nas importações brasileiras em 2017, já que parte do grande crescimento de 2016 (80,6% em quantidade e 59,4% em valor) é explicada pela combinação de preços internos elevados e preços internacionais baixos. Considerando que o atual quadro de oferta e demanda internacional é mais ajustado que aquele que redundou em grande decréscimo nos preços internacionais a partir de 2014, a expectativa é de os preços internacionais seguirem a trajetória de recuperação iniciada no segundo semestre de 2016, o que provavelmente implicará nas importações brasileiras, seja na redução da sua quantidade ou no aumento dos patamares de seus preços.

Balança Comercial de lácteos - 2011 a 2016

Ano	Milhões de quilos			Milhões de US\$ FOB		
	Importação	Exportação	Saldo	Importação	Exportação	Saldo
2011	165,4	37,6	-127,8	604,9	97,3	-507,6
2012	179,4	38,4	-141,0	627,9	92,3	-535,6
2013	157,3	38,4	-119,0	585,7	93,8	-491,9
2014	106,8	83,7	-23,1	438,7	332,4	-106,2
2015	134,3	73,6	-60,7	402,1	305,5	-96,6
2016	242,6	51,6	-190,9	641,1	155,6	-485,5

Fonte: MDIC /Secex/Sistema Aliceweb.